Impar

Segurando Cabo Verde.
Desde 1992, para sempre.

Relatório e Contas

2025

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 3
1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 4
2 - ÓRGÃOS SOCIAIS 6
3. GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE 7
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 8
5. FATOS RELEVANTES – PRICIPAIS ACONTECIMENTOS 25
6. PRINCIPAIS INDICADORES E VARIAVÉIS 27
7. A ACTIVIDADE DA IMPAR EM 2025 28
7.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE 28
7.2. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO 29
7.3 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO 30
7.4 PROVISÕES TÉCNICAS 31
7.5 RESSEGURO CEDIDO 31
7.6 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO 32
7.7 CUSTOS OPERACIONAIS 32
7.8. INVESTIMENTOS 33
7.9 RECURSOS HUMANOS 34
7.10 RESULTADOS DO EXERCÍCIO 35
7.12 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO 36
8. PERSPETIVAS PARA 2026 37
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 38
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS 38
II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 40
III – ANEXO ÀS CONTAS 46
IV – PARECER DO ATUÁRIO 102
V – PARECER DO FISCAL ÚNICO 104
VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA 106

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Impar segue a história e percurso de Cabo Verde. Em 2025, ano em que o nosso País celebrou 50 anos da Independência, a IMPAR celebrou 33 anos da sua criação.

Nascida em 1992, a IMPAR foi a primeira instituição financeira privada cabo-verdiana. Foi a inovação e ousadia no mercado financeiro cabo-verdiano, tendo acompanhado a história do País. Do inviável, inacreditável, para o possível, viável e IMPARável.

Esse compromisso de longo prazo, traduzindo na expressão "para sempre" foi o mote para o Rebranding da IMPAR que será suportado por um plano estratégico para sermos uma Companhia mais Simples, Ágil e Próxima.

Todas as áreas da Companhia estiveram alinhadas neste esforço de transformação, com o objetivo de melhorar a experiência da relação com os clientes e com os agentes, assegurando sempre o objetivo de equilíbrio técnico dos ramos.

A tempestade Erin que fustigou Cabo Verde no dia 11 de Agosto de 2025, com forte incidência na Ilha de São Vicente, e importantes resquícios em São Nicolau e Santo Antão, resultou num aumento de quase 50% dos custos com sinistro, tendo a IMPAR, com o suporte dos seus Resseguradores, assumido e pago sinistros de grandes montantes dando enfase à função da actividade seguradora de ser o corpo protector da Sociedade.

A anuidade também ficou marcada pelo início da actividade de uma nova Seguradora no mercado, que trouxe uma pressão adicional da concorrência baseado no preço num contexto adverso de agravamento da sinistralidade.

Foi neste contexto desafiante que a IMPAR demonstrou a robustez do seu balanço com capacidade de reposição imediata das perdas reportadas pelos nossos clientes, reforçando assim a enorme credibilidade construído ao longo da nossa história, confirmando assim a efectividade do nosso novo lema: desde 1992, para sempre.

Em 2025, os prémios da IMPAR cresceram cerca de 2% e a Companhia manteve um nível de resultados, antes de impostos, superior a um milhão de Contos, mantendo o relevante contributo da Bancassurance, reforçada com o bom desempenho das empresas do Grupo IMPAR.

A devastação provocada pela Tempestade Erin, mereceu por parte da IMPAR a resposta à altura das circunstâncias e da nossa missão social, com apoios financeiros superiores a dez milhões de escudos atuando em parceria com a Cruz Vermelha na resposta às necessidades das populações afetadas e sem cobertura dos seguros, realçando os princípios humanitários que se encontram na génese e matriz desta Seguradora.

Apesar das incertezas que resultam do novo contexto mundial que se está a desenhar, a IMPAR responderá aos desafios e primará pela manutenção do seu trajeto de crescimento e robustecimento, assentes nos princípios da igualdade, solidariedade e

responsabilidade, assegurando as necessidades de proteção e promoção do bem-estar da nossa clientela, razão principal da nossa existência.

O Conselho de Administração agradece a dedicação e o profissionalismo de todos os nossos colaboradores, que têm vindo a contribuir para a afirmação da ÍMPAR como uma das empresas mais sólidas do país.

2 - ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Augusto Vasconcelos Lopes
Vice-presidente	Hugo Filipe Almiro Coimbra
Secretário	Diamantino Andrade Soares

Conselho de Administração

Presidente	Luís Vasconcelos Lopes
Vice-Presidente	Paulo de Oliveira Lima
Administrador Executivo	Débora Katisa Carvalho
Administrador Executivo	António Raposo Correia
Administrador Executivo	João Rodrigues Dias
Administrador Não Executivo	Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administrador Não Executivo	Herminaldo Nogueira Sousa Brito

Comissão Executiva

Presidente	Débora Katisa Carvalho
Administrador Executivo	António Raposo Correia
Administrador Executivo	João Rodrigues Dias

Fiscalização

Fiscal Único	António Pedro Gomes Silva
Suplente	Carlos A. da Fonseca Monteiro

3. GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE

A IMPAR, enquanto Companhia de Seguros, apresenta um sistema de governação que é composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, com responsabilidades devidamente definidas e segregadas e um sistema eficaz de transmissão de informação. Este Modelo de governação, proporcional à complexidade, dimensão e natureza das atividades e dos riscos da Companhia, tem como objetivo promover uma gestão prudente da atividade, assegurando um adequado controle e gestão do capital e assegurando um excelente nível de serviço prestado à clientela, bem como na relação com os diversos stakeholders.

Como pilares deste sistema estão princípios como a transparência, a integridade, a responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado. Os Acionistas deliberam nos termos legais, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou por qualquer outra Acionista que seja titular de mais de 5% do capital da Sociedade.

Assim, a Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por ano e tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou outras que eventualmente se tornem necessárias.

A condução de todos os negócios e interesses da Companhia foi, até agora, assegurada por um Conselho de Administração composto por sete Administradores, do qual emana uma Comissão Executiva, constituída por 3 membros, com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos e reúne bimensalmente e sempre que o interesse da Companhia o exija.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente Voto de qualidade em caso de empate.

Ainda assim, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente), nomeadamente aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia é assumida por um Fiscal Único e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes.

É da sua competência verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Auditor Externo é designado pelo Conselho de Administração e validado em Assembleia Geral, ao qual compete assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem igualmente a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pelo Supervisor, emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, um relatório de certificação das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

A Comissão Executiva tem como as principais responsabilidades:

Questões Técnicas: Analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;

Questões de Risco: Avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;

Questões Comerciais: Analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;

Questões de Auditoria e Financeiras: Analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;

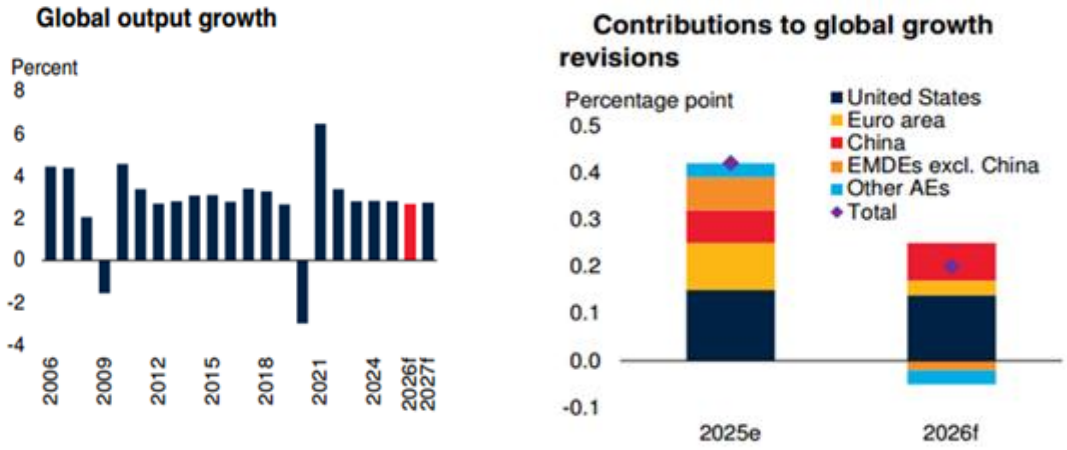
Questões de IT e Operações: Analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

O processo de decisão é tomado em reuniões semanais.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Conjuntura Internacional

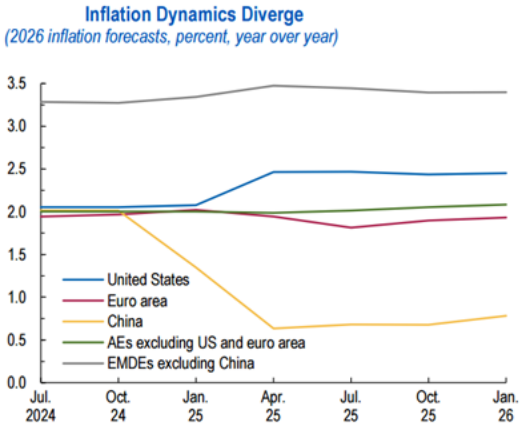
As projeções mais recentes do Fundo Monetário Internacional apontam para a manutenção de um crescimento relativamente resiliente da economia mundial, 3,3% (3,3% em 2024), impulsionado, sobretudo, pelas economias em desenvolvimento. O contexto económico ficou marcado pelos riscos geopolíticos, aumento das barreiras comerciais, fragmentação económica, mudanças estruturais no comércio internacional, perturbações nas cadeias de abastecimento globais e, ainda, pressões orçamentais.



Fonte: World Bank Group Flagship Report – Global Economic Prospect, January 2026

Efetivamente, a economia mundial tem mostrado alguma resiliência sustentada pelos alívios das condições financeiras internacionais o que favoreceu o investimento e a liquidez, a apreciação das moedas de EMDEs face ao USD e a redução de *spreads* soberanos e influxos de capital para mercados emergentes. Adicionalmente beneficiou de (i) políticas fiscais e monetárias expansionistas em alguns países, sobretudo, nas economias mais avançadas; (ii) investimento tecnológico robusto particularmente nos EUA e alguns países asiáticos, associado, sobretudo, à Inteligência Artificial(IA); (iii) realocação parcial do comercio para países com acordos preferenciais e ainda (iv) a elevada capacidade de adaptação do setor privado face às mudanças no comércio e nos custos de produção tendo a decisão de algumas empresas de aumentarem o *stock,* em antecipação à imposição de tarifas mais altas pelos EUA, sustentado, temporariamente, a economia mundial.

A inflação global deverá situar nos 4,1% caminhando globalmente para as metas definidas pelos bancos centrais em resultado da moderação de preços das *commodities e* efeito de política monetárias mais restritivas.



Fonte: FMI – World Economic Outlook – January 2026

A nível do emprego os mercados de trabalho, sobretudo das economias mais avançadas, continuaram resilientes, apoiados pelo consumo. Contudo, nas economias emergentes e em

desenvolvimento o emprego mostra-se mais desigual com as economias dependentes de manufaturas e do comércio mais vulneráveis devido à reconfiguração dos fluxos comerciais e às tensões tarifárias.

De acordo com as estimativas do Banco Mundial, a economia dos **EUA** registou um crescimento moderado de 2,1% uma redução face ao ano anterior (2024: 2,8%) motivado, sobretudo, pela política monetária restritivas que impactou negativamente o investimento e o crédito; pelo crescimento global mais lento com impactos a nível do volume de exportações e ainda pela desaceleração do mercado imobiliário.

A inflação convergiu gradualmente para a meta definida pela Reserva federal situando-se em finais de 2025 próximo de 2,5%, refletindo custos globais e rigidez nos preços em alguns setores o que levou a FED a manter as taxas de juros restritivas por mais tempo. A nível do emprego a taxa estabilizou nos 4,5% em 2025 influenciada pela desaceleração económica. Os salários registaram um crescimento moderado aliviando as pressões inflacionistas. O mercado de capitais registou ganhos moderados e os rendimentos das yields caíram gradualmente enquanto a nível do crédito registou-se condições restritivas para os empréstimos especialmente a nível imobiliário. No que concerne às despesas públicas e à política fiscal, em 2025, não se registaram ajustes estruturais persistindo altos níveis de gastos público e de défice.

Com relação aos mercados financeiro e de capital o mercado de ações continuou impulsionado pela tecnologia tendo a decisão da FED de manter as taxas de juros em patamares, relativamente altos, durante grande parte de 2025, efeitos a nível de rendimentos de títulos e do custo de capital. As condições de crédito permaneceram restritivas, sobretudo para alguns segmentos refletindo a política monetária e as incertezas macroeconómicas.

A **Zona Euro**, registou um crescimento modesto e heterogéneo sendo a projeção do Banco Mundial para um crescimento de 0,9% refletindo um ambiente global fraco e impactos das tensões comerciais.

Entretanto, tal crescimento não foi uniforme, tendo havido discrepâncias regionais, com a Espanha a registar um crescimento robusto de 2,8% muito acima da média, impulsionado pelo consumo e investimentos enquanto a Alemanha e a Itália registaram crescimentos significativamente mais lentos.

A nível da inflação continuou-se a registar uma desaceleração gradual para o objetivo de 2% do BCE, fixando-se em torno de 2,1%, não obstante os efeitos dos choques setoriais e a volatilidade energética global.

Com relação ao mercado de trabalho a Zona Euro manteve um mercado relativamente resiliente ao longo de 2025 com a taxa de desemprego a permanecer estável com tendências de queda em alguns países. Dados do BCE apontam para um desemprego aproximado de 6,2% sendo, também, dispare pelos diferentes países, com a Espanha a registar quedas expressivas para níveis abaixo de 10%. Não obstante, persistem desafios estruturais relacionados com o elevado desemprego jovem e *mismatchs* de habilitações, sobretudo, nos países da periferia. Com relação a despesas públicas projeções da Comissão Europeia apontam para um défice na Zona Euro em torno de 3,2% do PIB com as despesas a continuarem relativamente elevadas refletindo gastos em defesa, transição energética e políticas sociais.

A nível do mercado financeiro e de capitais os mercados exibiram uma performance moderada refletindo um contexto económico mais fraco e políticas monetárias acomodatícias, tendo o BCE ao longo do ano implementado cortes nas taxas de juros para incentivar a economia. A valorização do EURO face ao Dólar pressionou alguns setores exportadores e influenciou fluxos de capital.

Para 2025, o Banco Mundial estima um crescimento da **economia chinesa** em torno de 4,9% refletindo uma economia que, não obstante mantenha alguma margem de crescimento apresenta uma desaceleração estrutural comparada com as décadas anteriores.

A nível da inflação a taxa permaneceu próxima de zero, dando sinais de pressões deflacionistas da economia, refletindo uma fraca procura interna e persistentes desafios associados ao setor imobiliário, não obstante os estímulos macroeconómicos.

O mercado de emprego regista alguma pressão sobretudo no segmento jovem e trabalhadores menos qualificados. No que tange a despesas públicas o governo chinês manteve uma política fiscal expansionista para sustentar a economia não obstante a pressão crescente sobre as finanças públicas.

A nível do mercado de capitais persistem algumas vulnerabilidades continuando o setor imobiliário a representar riscos para a estabilidade do sistema bancário.

Com relação ao mercado de emprego registou-se uma moderada deterioração com o aumento do desemprego para níveis acima de 5% no final do ano. A política fiscal foi prudente com enfoque na sustentabilidade e na busca do equilíbrio entre o suporte ao crescimento e o controlo do défice.

Com relação ao mercado financeiro e de capitais o desempenho foi globalmente positivo não obstante o enquadramento macroeconómico desafiante. O ano foi fortemente marcado pelas valorizações bolsistas, uma recuperação expressiva do mercado obrigacionista e pela resiliência do setor financeiro.

Estimativas do Banco Mundial para a **economia japonesa** apontam para um crescimento do PIB em torno de 1,3% refletindo um consumo privado ainda fraco, um investimento privado moderado e uma forte dependência da procura externa. A taxa de inflação deve situar-se ligeiramente acima do objetivo de 2% fixado pelo Banco de Japão (BoJ) uma mudança estrutural relevante após décadas de deflação ou inflação extremamente baixa. A taxa de desemprego situou-se em torno dos 2,5% mantendo-se o problema estrutural relacionado com a escassez de trabalhadores e o envelhecimento da população ativa.

A nível fiscal o Japão manteve uma política relativamente expansionista com forte despesa pública em segurança social, saúde e investimentos em infraestruturas resilientes.

Com relação ao mercado financeiro e à política monetária o ano de 2025 foi um ano de viragem da política monetária japonesa com o abandono progressivo das políticas ultra acomodatícias, a flexibilização do controlo da curva de rendimentos e taxas de juros a sair, lentamente, de território negativo. O BoJ adotou uma abordagem gradual de forma a evitar choques nos mercados e da dívida publica tendo o sistema bancário beneficiado de margens de juros ligeiramente mais elevadas com consequências a nível da melhoria da rendibilidade e na estabilidade do sistema. O mercado acionista japonês teve um desempenho forte apoiado pela desvalorização do iene, sólidos lucros empresariais e ainda pelo forte interesse de investidores

estrageiros que viram no Japão uma alternativa aos EUA. O mercado obrigacionista manteve-se estável, mas sensível à alteração da política do BoJ e a expectativas de subida gradual das *yields*.

Em 2025, as **EMDEs** apresentaram um desempenho heterogéneo, mas globalmente mais dinâmico do que as economias avançadas. O ano foi marcado por um crescimento económico relativamente robusto, inflação em trajetória descendente, condições financeiras ainda restritivas, e uma recuperação gradual do apetite dos investidores internacionais.

Contudo, persistiram vulnerabilidades estruturais, sobretudo ao nível da dívida, da dependência de financiamento externo e da exposição a choques geopolíticos e climáticos.

Dados do FMI apontam para um crescimento médio das EMDEs de 4,2% tendo contado com um maior contributo da India, de algumas economias da África subsaariana e dos países exportadores de *commodities* na América Latina. Esse crescimento foi em grande parte influenciado por (i) um consumo interno fortemente sustentado pelo crescimento populacional e pela urbanização; (ii) pelo investimento em infraestruturas e (iii) pela exportação de matérias-primas.

A inflação desacelerou em 2025, não obstante tenha-se mantido acima das economias avançadas, motivada por políticas monetárias restritivas, normalização dos preços de energia e dos alimentos e melhoria nas cadeias globais de abastecimento. O mercado de emprego registou melhorias graduais acompanhando o crescimento económico permanecendo, entretanto, os desafios relacionados com a elevada informalidade, a baixa produtividade e o subemprego estrutural. O grande desafio continua a ser o crescimento rápido da população ativa, especialmente em África e no Sul da Ásia e ainda a pressão para a criação de emprego formal de forma a absorver a mão de obra jovem.

Em termos de finanças públicas manteve-se os principais desafios relacionados com níveis elevados de dívida pública, elevados custos de financiamento e dependência significativa de financiamento externo. A nível das condições financeiras e monetárias os bancos centrais das EMDEs mantiveram, em 2025, políticas monetárias cautelosas e em vários países, iniciaram-se cortes graduais das taxas de juro, à medida que a inflação recuava.

Em 2025, as economias de baixo rendimento (**LICs**) continuaram a enfrentar desafios estruturais profundos, apesar de algum crescimento económico e de uma melhoria gradual do contexto global face aos anos imediatamente anteriores. O ano foi marcado por um crescimento frágil, elevada vulnerabilidade externa, pressões sociais significativas e dependência crítica de apoio internacional. As LICs continuam a ser o grupo de países mais exposto a choques económicos, climáticos e geopolíticos.

O crescimento médio do PIB das LICs situou-se entre 3 % e 4 %, abaixo do necessário para fazer face aos principais desafios como sejam redução da pobreza, absorção do crescimento populacional e ainda a convergência com economias mais desenvolvidas.

O crescimento das LICs continua a ser condicionado pela forte dependência da agricultura de subsistência e pela exportação de *commodities* de baixo valor acrescentado e ainda pela limitação em termos de infraestruturas, instabilidade política e conflitos internos em vários países.

A inflação manteve-se elevada e volátil mantendo-se os preços dos alimentos, energia e de bens essenciais como os principais motores inflacionistas refletindo economias fortemente dependentes de importações alimentares e energéticas, moedas frágeis, frequentes desvalorizações cambiais e ainda limitação na política monetária e fraca credibilidade institucional.

No mercado de emprego continua a dominar a informalidade sendo a produtividade reduzida e com as economias a enfrentarem desafios estruturas relacionados com (i) o crescimento da população jovem, (ii) dificuldade em criar emprego formal e qualificado e ainda (iii) forte migração rural. Em termos fiscais a política fiscal das LICs em 2025 caracterizou-se por restrições devido a défices persistentes e níveis elevados de dívida,

Com relação à **economia portuguesa** o Banco de Portugal estima um crescimento entre 1,6% e 1,9% sustentado pela procura interna, pelo dinamismo do mercado laboral e pelo impulso do investimento associado ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O motor central do crescimento continua a ser a procura interna, beneficiando de maior rendimento disponível das famílias, a recuperação do investimento e a utilização intensiva dos fundos europeus. As exportações desaceleram em 2025 face a um enquadramento internacional volátil.

A inflação fixou-se perto da meta do BCE, situando-se entre 2% e 2,3%. O aumento de preços manteve-se moderado, com alguma pressão nos serviços ligados ao turismo, mas com tendência global de convergência para níveis mais baixos.

A taxa de desemprego permaneceu baixa, entre 5,9% e 6,5%, refletindo uma criação de emprego robusta e níveis de participação elevados. Contudo, persistiram fragilidades estruturais, incluindo desemprego jovem acima dos 20% e desafios demográficos que limitam a disponibilidade de mão de obra

A nível da política fiscal continuou-se a privilegiar o equilíbrio entre a competitividade, o rendimento disponível e a sustentabilidade das contas públicas. O sistema financeiro permaneceu sólido e resiliente, reforçado pela descida da dívida pública para níveis abaixo de 95% do PIB e pelas melhorias de *rating* soberano (S&P A+). O ambiente de taxas de juro mais baixas favoreceu o crédito e o investimento. A taxa de poupança conheceu uma redução, situando-se nos 11,3% (2024: 12,5%) refletindo uma diminuição das taxas de juro e da incerteza.

O mercado de capitais foi sólido alavancado no imobiliário comercial que atingiu €1,85 mil milhões nos três primeiros trimestres do ano. Transações estruturantes, como privatizações, venda do Novo Banco e projetos de infraestrutura, reforçaram a atratividade do país.

As previsões apontam para um crescimento médio da **economia africana,** em 2025, entre 3,7% e 4,2%, um crescimento acima da média mundial apesar de pressões externas e vulnerabilidades internas. Entretanto, esse crescimento teve variações e discrepâncias regionais, com países como Ruanda, Senegal, Djibouti e Uganda a superarem os 5% de crescimento.

A inflação permaneceu elevada, mas com sinais de alívio sendo a inflação um grande desafio, especialmente nos países importadores de alimentos e energia.

O mercado de trabalho não acompanhou o crescimento da população ativa, mantendo níveis elevados de desemprego e subemprego. A política fiscal continuou sob forte pressão, limitada pelo endividamento elevado e pela queda da assistência internacional.

Os mercados de capitais africanos tiveram, em 2025, uma evolução positiva, mas desigual. Houve avanços estruturais relevantes e maior inovação financeira, mas persistem desafios de profundidade, liquidez e harmonização regulatória.

O sector financeiro enfrentou desafios, embora tenha dado sinais de alguma recuperação. Persistem vulnerabilidades devido ao custo da dívida e à volatilidade cambial. Em alguns países, como Angola, Quénia e Nigéria, houve retoma das emissões de *eurobonds*, indicando regresso gradual da confiança e as reformas monetárias contribuíram para reduzir a inflação, com bancos centrais focados na estabilização de preços. Persiste, ainda, um elevado nível de risco de dívida com os 20 países da África Subsaariana em situação ou risco elevado de sobre-endividamento.

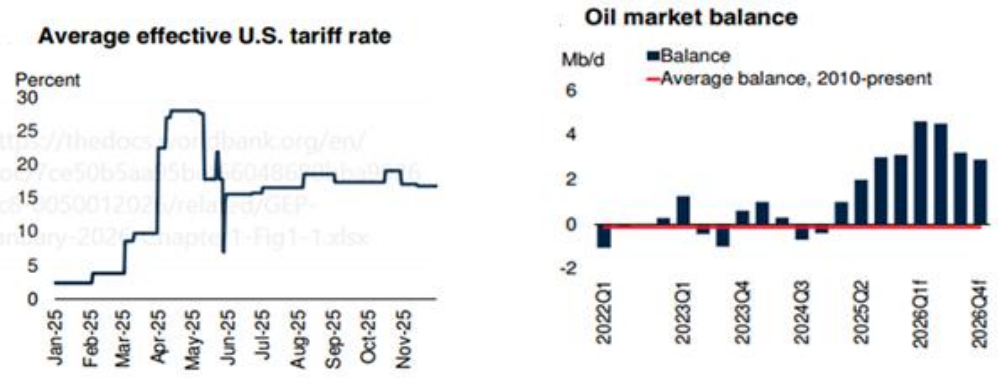
Comércio Global

Em 2025, o comércio global continuou a evoluir num contexto de recuperação moderada, mas ainda condicionado por vários fatores estruturais e conjunturais que já se evidenciaram em 2024, como sejam (i) tensões geopolíticas que continuam a criar incertezas; (ii) custos elevados de transporte e logística e ainda (iii) política protecionista, sobretudo, em alguns setores estratégicos como a tecnologia, semicondutores e a agricultura.

A recuperação do comércio global, iniciado em 2024, prolongou-se em 2025, embora a um ritmo desigual entre regiões e categorias de bens e serviços. O comércio de bens mantém-se como o principal motor da atividade comercial, beneficiando do movimento de recomposição de estoques, iniciado em 2024, enquanto o comércio de serviços continua a crescer de forma mais moderada.

Efetivamente, em 2025 os principais obstáculos identificados para o comércio global em 2024 prolongam-se e intensificam-se, nomeadamente, (i) Intensificação das restrições comerciais; (ii) aumento da incerteza da política comercial com as alterações de orientação política em grandes economias, nomeadamente os Estados Unidos; (iii) procura mundial mais fraca permanecendo a recuperação económica global abaixo do seu potencial, especialmente em economias avançadas, o que limita o crescimento do comércio; (iv) escalada das tensões geopolíticas com os conflitos regionais, rivalidades estratégicas entre potências e instabilidade persistente em zonas sensíveis continuaram a perturbar o normal funcionamento dos fluxos comerciais; (v) perturbações no transporte marítimo, incluindo a volatilidade nos custos de transporte e as dificuldades logísticas com pressão sobre os custos e a eficiência das cadeias globais.

A expansão do comércio de bens, em 2025, ficou, desta forma, assente em três elementos centrais: (i) continuidade da recuperação iniciada em 2024, mesmo com a persistência de uma atividade manufatureira fraca em algumas economias avançadas; (ii) desempenho heterogéneo entre regiões, com economias emergentes e em desenvolvimento (EMDEs) a manterem uma trajetória de crescimento mais sólida, exceto no Médio Oriente e Norte de África, onde a contração do comércio persiste devido aos cortes na produção petrolífera por parte dos membros da OPEP+; e (iii) os Estados Unidos a destacarem-se entre as economias avançadas, mantendo maior dinamismo comercial que as restantes, que continuam a enfrentar crescimento económico lento.



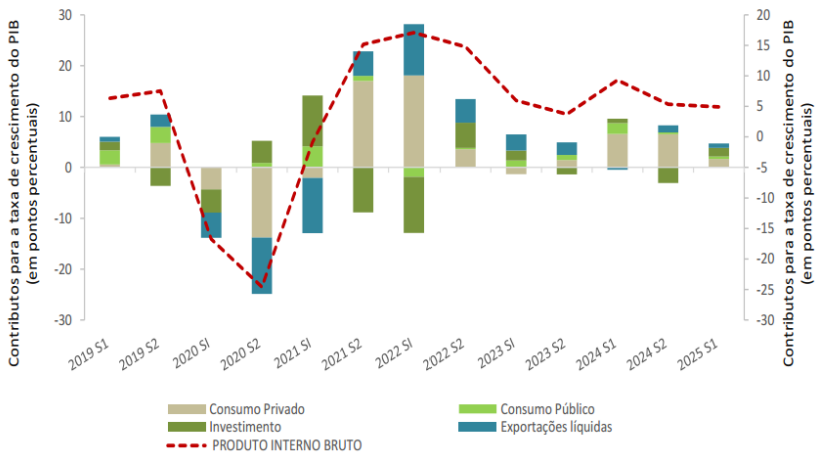
Fonte: World Bank - Global Economic Prospects, January 2026

Face a este contexto, estima-se que o volume de comercio de mercadorias cresça entre 2,5% a 3%, em linha com o crescimento global mais moderado impulsionado, sobretudo, pelos países emergentes da Asia (China, India e Sudeste Asiático) compensando o crescimento menos lento dos países avançados.

Conjuntura Nacional

Para a economia cabo-verdiana, dados do BCV apontam para um crescimento do PIB de 5,5% (7,2% em 2024) assente sobretudo no turismo, mas também refletindo um maior dinamismo do investimento público e do setor da construção.

Produto Interno Bruto - Ótica da Procura (contributos para a taxa de crescimento em pontos percentuais)

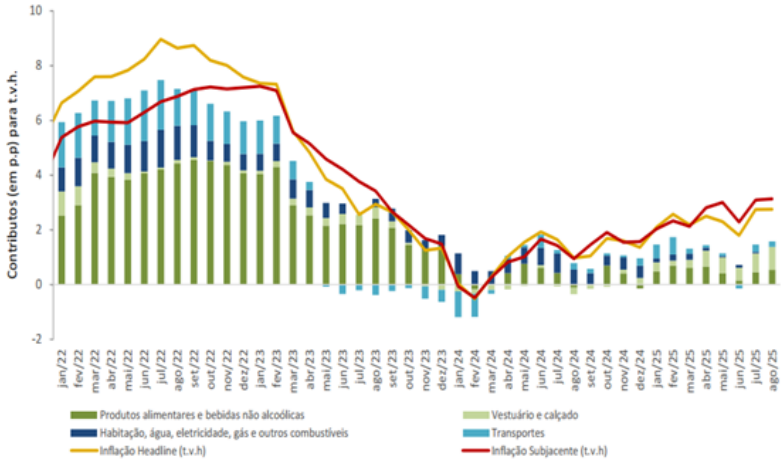


Fonte: BCV - Relatório de Política Monetária – outubro 2025

O abrandamento de crescimento da economia nacional, face ao ano anterior, resulta de uma moderada procura interna, sobretudo a nível do consumo privado na sequência da perda de rendimento real e ainda devido à baixa confiança dos consumidores.

A inflação deverá situar-se nos 2,4%, refletindo o aumento dos custos de transporte e dos preços das matérias-primas não energéticas (sobretudo, dos produtos alimentares), nos mercados internacionais.

Inflação Global e suas principais componentes (contributos em pontos percentuais para a taxa de variação homóloga)



Fonte: BCV - Relatório de Política Monetária – outubro 2025

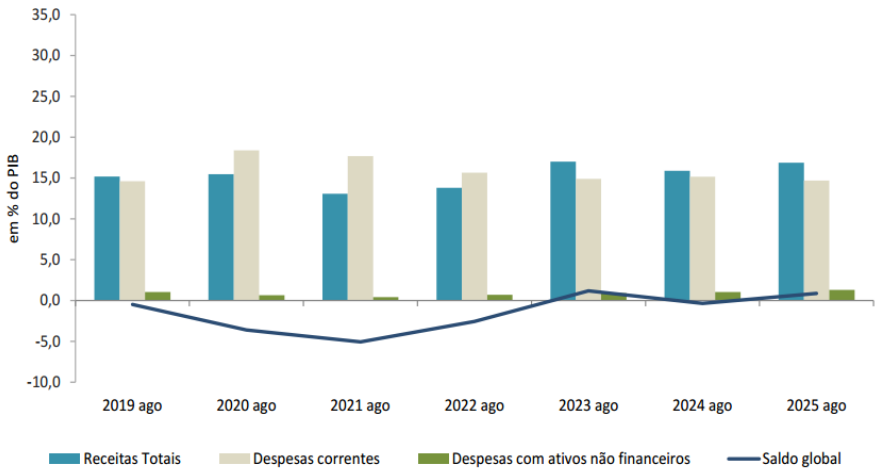
A evolução económica tem tido um impacto positivo no mercado de trabalho não obstante a persistência de desafios estruturais relacionados com a elevada informalidade e a baixa diversificação económica, com especial vulnerabilidade para o segmento jovem.

No que concerne às contas externas a balança de pagamentos apresentou uma evolução positiva, particularmente no primeiro semestre de 2025, mesmo num cenário de fraco dinamismo económico dos principais parceiros externos de Cabo Verde. A balança corrente registou um excedente equivalente a 2,7% do PIB, sustentado pelo crescimento, embora moderado, das receitas de serviços turísticos e de transportes aéreos, bem como pelo aumento das remessas dos emigrantes. As importações de bens e serviços desaceleraram. A balança financeira também melhorou, impulsionada pelo aumento das entradas líquidas de financiamento, em grande medida resultante da redução dos ativos externos líquidos da banca comercial e do reforço do investimento direto estrangeiro no país. Este conjunto de fatores permitiu um aumento das reservas internacionais que passaram a garantir cerca de 7,8 meses de importações.

A nível da política fiscal e orçamental, segundo o BCV, Cabo Verde deverá apresentar um *superavit* orçamental em 2025 após défices nos anos anteriores. O reforço das receitas, em comparação com o período homólogo, foi sobretudo impulsionado pela maior arrecadação de impostos, refletindo o (i) crescimento, ainda que moderado, da atividade económica, (ii) a

introdução da taxa específica sobre bebidas alcoólicas, (iii) o aumento da tributação sobre o tabaco e(iv) a recuperação de dívidas fiscais pagas em prestações.

Figura 13 - Situação orçamental (em percentagem do PIB)

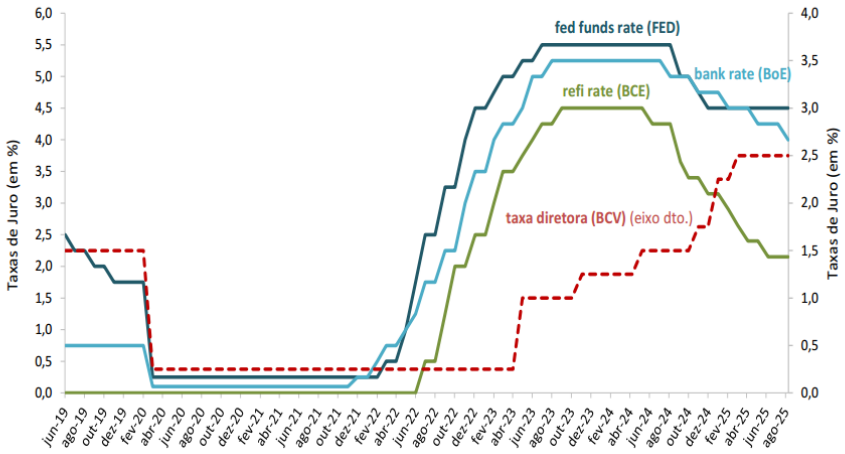


Fonte: BCV - Relatório de Política Monetária – outubro 2025

Com relação à dívida pública continua-se a registar uma gestão prudente da dívida e medidas de estímulo ao investimento e dados pontam para um défice de 2,5% do PIB e uma redução da dívida pública para cerca de 100,4% do PIB (excluindo TRMC).

Relativamente ao mercado financeiro, e considerando os riscos inflacionistas, a incerteza geopolítica e a volatilidade no comercio internacional, foram adotadas, ao longo de 2025, medidas de política monetária restritivas com o objetivo de (i) manter a estabilidade de preços; (ii) defesa do regime de *peg* fixo com o EURO e (iii) robustez do sistema financeiro num contexto de elevada incerteza externa.

Figura 4 - Taxas de Juro de Referência (em percentagem)



Fonte: BCV - Relatório de Política Monetária – outubro 2025

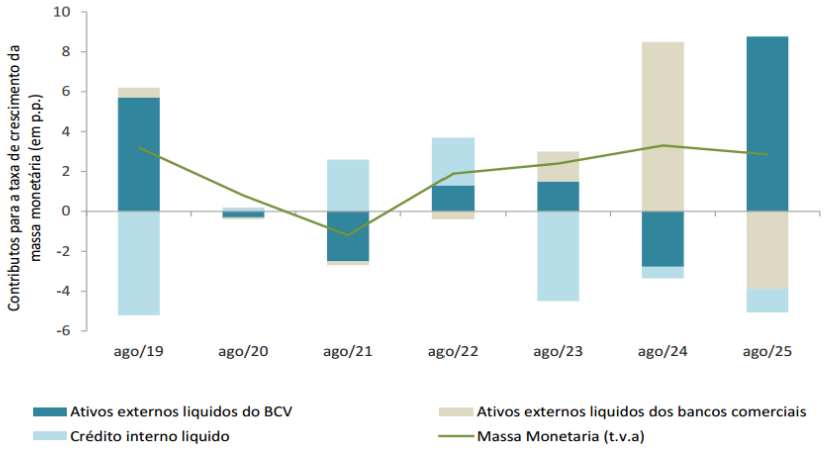
No final de 2025, a estrutura das taxas de juro do BCV eram conforme se encontra espelhada na tabela abaixo:

Taxas	Atuais
Taxa Diretora (TRM)	2,50
Taxa de Facilidade Permanente de Cedência de liquidez	2,75
Taxa de Facilidade Permanente de Absorção de liquidez	2,25
Taxa de Redesconto	3,50

Da política adotada resultou um diferencial positivo (favorável às taxas nacionais) entre as taxas internas (2,5%) e as da Zona Euro (2,15%) contribuindo para uma recuperação substancial das reservas internacionais líquidas (+27,4%), na sequência da reversão da tendência anterior de acumulação de disponibilidades líquidas em euros por parte dos bancos nacionais na medida em que se tornou mais atrativa os instrumentos financeiros domésticos.

A nível da evolução da oferta monetária o BCV projeta uma desaceleração da massa monetária (M2) com um crescimento projetado de 2,8% muito abaixo dos 7,5% registado em 2024. O comportamento da massa monetária é explicado pela redução dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais, desaceleração do crédito à economia e ainda redução do crédito líquido ao Setor Público Administrativo.

Principais Determinantes da Oferta Monetária (contributos para a taxa de variação em pontos percentuais)



Fonte: BCV - Relatório de Política Monetária – outubro 2025

O ano de 2025 foi ainda marcado por um abrandamento do crédito refletindo não só critérios de concessão de crédito mais restritas por parte dos bancos, mas também um aumento das taxas e juro dos empréstimos e uma redução da procura de crédito por parte das familiais e das empresas.

No Relatório de Política Monetária de novembro, o BCV, reafirma a resiliência e a robustez do setor bancário nacional, apoiada por reservas robustas e pela confiança no regime cambial,

apresentando um rácio de solvabilidade médio em torno de 22,5%. A liquidez continua confortável, com depósitos a atingirem níveis históricos refletindo, não só, uma maior confiança das famílias e das empresas, mas também a estabilidade macroeconómica e um reforço das remessas dos emigrantes. No que concerne ao crédito, o custo do financiamento subiu, refletindo prudência bancária e política monetária restritiva.

Não obstante mostr resiliência o sistema bancário enfrenta desafios ligados à concentração, risco de crédito e à necessidade de inovação.

A decisão do BCV, em novembro de 2025, de não se opor à aquisição da posição acionista que a Caixa Geral de Depósitos detinha junto do maior banco comercial do país (BCA) pela Coris Holding, reconfigura o mapa do sistema financeiro nacional e vem introduzir uma maior dinâmica concorrencial no sistema bancário nacional.

Em 2025 o Parlamento avançou com a discussão sobre a nova lei orgânica do BCV que inclui reformas estruturais que visam reforçar a governação interna, aumentar a sua independência funcional e melhorar a eficácia da supervisão. Estas reformas trarão maiores exigências prudenciais, com impactos diretos no sistema financeiro nacional.

Panorama do Setor Segurador a nível Global

O ano de de 2025 para o setor segurador, a nível global, foi marcado por um cenário de mudança constante, impulsionado por fatores como o clima, a cibersegurança e o rápido avanço da tecnologia, nomeadamente a Inteligência Artificial Generativa (GenAI). As tensões geopolíticas e comerciais, a instabilidade macroeconómica e a polarização política são outras das complexidades que se apresentam, exigindo uma atenção redobrada por parte das seguradoras.

Não negligenciando estes desafios, houve uma tendência otimista, com uma forte procura por soluções de proteção e serviços complementares. A inovação e a utilização de dados trouxeram novas oportunidades na avaliação de riscos, definição de preços e parcerias.

É neste contexto que a mais recente publicação da EY "*2025 Global Insurance Outlook* ", destaca as principais tendências e oportunidades para o setor segurador, (1) num ambiente de mercado volátil e complexo; (2) na procura de múltiplos caminhos para o crescimento; e (3) na reestruturação das empresas com dados mais ricos, tecnologia modernizada e talento renovado.

1. Ambiente de mercado volátil e complexo

O setor segurador enfrenta uma série de desafios interligados, começando desde logo pela instabilidade geopolítica, guerras, conflitos armados e tensões comerciais que colocam em risco as operações como também pela polarização política, a desigualdade económica, o aumento dos custos médicos e as lacunas na poupança para a reforma, que intensificam as tensões sociais e exigem soluções de seguros mais acessíveis e adequadas ao bem-estar e segurança dos cidadãos. De acordo com o *EY Insurance CRO survey*, 56% dos CROs destacam a geopolítica como um dos três principais riscos para os próximos três anos.

O quadro regulatório, cada vez mais rigoroso e os requisitos de reporte mais detalhados, especialmente na Europa, aumentam os custos de conformidade e influenciam as estratégias de

investimento e inovação. Os avanços na GenIA trazem novos riscos, como o enviesamento algorítmico e preocupações com a privacidade de dados, exigindo uma forte governação e utilização ética da tecnologia. O aumento da frequência de eventos climáticos extremos desafia as seguradoras a melhorar a previsão de riscos e a ajustar os modelos de subscrição.

Para navegar neste ambiente complexo, as seguradoras precisam de uma maior agilidade operacional, criar modelos preditivos avançados para avaliar riscos emergentes (ex. catástrofes naturais mais frequentes e ataques cibernéticos - 41% das pequenas empresas sofreram ataques cibernéticos em 2024), antecipar futuras alterações regulamentares e assegurar que as estratégias atendem a diferentes requisitos e garantem estabilidade a longo prazo, mesmo durante crises económicas.

2. Procura de múltiplos caminhos para o crescimento

A adaptação ao novo panorama do setor exige estratégias inovadoras e diversificadas. Apesar dos desafios, o setor tem demonstrado um desempenho relativamente forte nos últimos anos e prevê-se que continue a crescer de forma constante tanto nos mercados maduros como nos emergentes.

Independentemente da região, linha de negócio ou nível de ambição de crescimento, as seguradoras precisam de atualizar as ofertas principais e enriquecer o portfolio de produtos e serviços, alinhando-os com as mudanças de comportamento dos clientes. A EY destaca os seguros pessoais (a evolução da mobilidade e as casas inteligentes exigem soluções mais personalizadas e flexíveis, como seguros baseados na utilização e ofertas integradas) e os seguros de vida (soluções para a reforma, a inovação de produtos e a diversificação da distribuição) como oportunidades de crescimento.

3. Reestruturar as empresas com dados mais ricos, tecnologia modernizada e talento renovado

Os dados e a IA devem ser prioridades máximas para as seguradoras, com foco na otimização de processos e na tomada de decisões estratégicas. A automação e a digitalização são essenciais para criar ambientes operacionais flexíveis, aumentar a eficiência e melhorar os resultados para os clientes. É crucial preparar a força de trabalho para a era da IA, capacitando os colaboradores e fomentando uma cultura de inovação. De acordo com o *EY European Financial Services AI Survey*, 27% das seguradoras têm já estabelecidos programas de formação sobre GenAI. Empoderar as pessoas e as equipas para experimentar IA generativa e encorajá-las a colaborar mais abertamente impulsionará o retorno sobre os investimentos em tecnologia.

O setor segurador enfrenta um ambiente complexo, mas repleto de oportunidades. As seguradoras que conseguirem adaptar-se às novas realidades, investirem em tecnologia e IA, e implementarem estratégias inovadoras estarão bem posicionadas para um crescimento sustentável. A modernização operacional, a personalização de produtos e a adoção de uma cultura de inovação são fundamentais para prosperar num mercado dinâmico e competitivo em 2025 e seguintes.

Em resumo, o ano de 2025 para o setor segurador a nível global foi marcado por mudanças constantes, impulsionadas por clima, cibersegurança e Inteligência Artificial Generativa. Apesar das tensões geopolíticas, as perspetivas são otimistas, com forte procura por soluções de proteção. A EY destaca a necessidade de adaptação a um ambiente volátil, diversificação de estratégias e otimização de processos através de tecnologia.

Assim, as seguradoras que investirem em inovação estarão bem posicionadas para um crescimento sustentável.

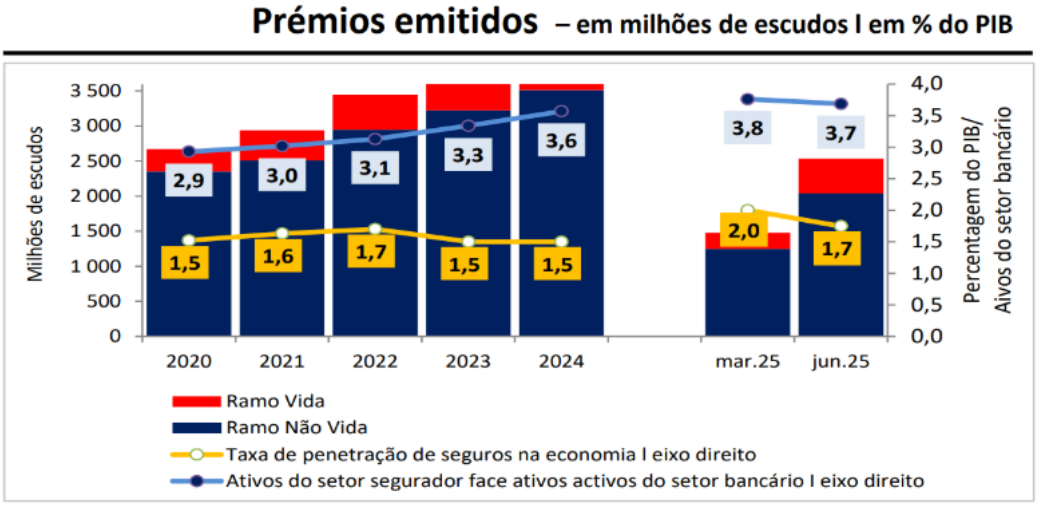
Panorama do Setor Segurador a nível Nacional

O mercado segurador cabo-verdiano é atualmente composto por três operadoras: Ímpar Seguros (fundada em 1992) Garantia Seguros (fundada em 1991), e a mais recente, Aliança Seguros (fundada em 2025).

Estas empresas constituem o núcleo do setor, assegurando a proteção de pessoas, patrimónios e atividades económicas, ao mesmo tempo que mobilizam poupanças e canalizam recursos para o investimento produtivo.

Segundo dados do BCV publicados no Boletim de Estabilidade Financeira – Outubro de 2025:

Permanece baixo o peso do setor no sistema financeiro nacional



- Medida em termos de prémios emitidos em percentagem do PIB, a taxa de penetração dos seguros fixou-se em 1,7% em junho de 2025 (1,4% em junho de 2024), permanecendo inferior à média observada no continente africano (3,5% em dezembro de 2023)*

- Mantém-se reduzida a representatividade do setor segurador no sistema financeiro, medida pela dimensão dos ativos do setor face aos ativos totais do sistema bancário (3,7% em junho de 2025).

Mantém-se predominante o Ramo não Vida na estrutura da carteira de seguros

- Observou-se a continuidade da preponderância do Ramo não Vida (responsabilidade civil, incêndios e outros danos, transportes, acidentes e doença e automóvel) na estrutura da carteira de seguros.
- O seguro automóvel mantém-se como o principal produto do ramo Não Vida.
- Peso reduzido do ramo Vida sugere espaço para expansão.

Títulos de dívida pública constituem a maior parcela de investimentos em títulos

- A carteira de títulos das seguradoras é composta maioritariamente por títulos de rendimento fixo, sobretudo títulos de dívida pública, o que implica uma exposição relevante ao risco soberano.

Títulos de rendimento variável composto sobretudo por ações do setor bancário, indiciando exposição aos riscos de crédito e de mercado

- A carteira de títulos de rendimento variável, maioritariamente constituída por ações de instituições bancárias, representa uma elevada exposição ao risco de crédito e de mercado.
- Mantêm-se, no entanto, contidos os riscos associados a esta carteira, considerado os bons resultados do setor bancário dos últimos três anos

Mantém-se elevado o rating das resseguradoras

- O rating das resseguradoras permanece em níveis elevados, indiciando o baixo risco de crédito e de liquidez.

Rating das Resseguradoras

Rating das resseguradoras	2020	2021	2022	2023	2024	mar.25	jun.25
Mapfre (Fitch Ratings)	A-	A-	A-	A+	A+	A+	A+
Nacional Resseguros (S&P Global Ratings)	A	A	A	A	A	A	A
R+V Allgemeine Versicherung AG (Fitch Rating)	AA-	AA-	AA-	AA-	AA-	AA-	AA-
SCOR (Fitch Ratings)	AA-	AA-	A+	A+	A+	A+	A+
Sirius International Group, Ltd (Fitch Rating)	BBB	BBB	BBB	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-
Fidelidade (Fitch Ratings)	A	A	A	A	A-	A+	A+

Fonte: S&P, Moody´s e Fitch rating

Permanecem elevados o grau de cobertura das provisões técnicas e o nível de liquidez de ativos, demostrando a continuidade da capacidade do setor em fazer face às responsabilidades assumidas

- O nível de cobertura das provisões técnicas mantém-se acima dos 100%, refletindo adequada capacidade de cumprimento dos compromissos assumidos.
- Mantém-se em níveis satisfatórios o grau de liquidez dos ativos do setor segurador, traduzindo baixo risco de liquidez.

A rendibilidade do setor segurador permanece elevada

- Crescimento da rendibilidade dos capitais próprios (ROE) ao longo do primeiro semestre, situando-se em 7,7%, nível ligeiramente superior ao registado no período homólogo (6,6% em junho de 2024).

A taxa da margem de solvência das empresas seguradoras permanece muito elevada, traduzindo a manutenção da robustez do setor e baixo risco de insolvência

- O rácio de solvência, em junho de 2025, superou em mais de sete vezes o limite mínimo regulamentar, indiciando baixo risco de insolvência.

Mercado de Seguros em Cabo Verde

O ano fica marcado pela entrada de uma nova Seguradora, o que de alguma forma veio alterar o padrão de funcionamento do mercado.

Os dados provisórios indicam que o mercado segurador Cabo-Verdiano registou um aumento de volume de prémios de cerca de meio milhão de contos face a 2024, representando um crescimento de 12% da produção de Seguro Direto, a qual totalizou os 4,6 Milhões de contos.

A aceleração do ritmo de crescimento, o qual passou de 5% em 2024 para 12% em 2025, teve o seu epicentro no aumento de 29% do ramo Vida, conjugado com o aumento de 8% no Não Vida.

O Vida passou de 652 mil contos para 842 mil contos passando a ter um peso de 18% do total do Mercado contra os 15,6% do ano anterior.

O Ramo Não Vida ultrapassou os 3,8 milhões de contos contra 3,5 milhões de 2024.

Os grandes investimentos nas infraestruturas aeroportuárias e consequência da concessão dos Aeroportos à VINCI, bem como os realizados nas energias fotovoltaicas, reforçado com a consolidação do novo SOAT, alavancaram o robusto crescimento alcançado pelo mercado segurador.

As indeminizações asseguradas pela Industria Seguradora aos danos causados pela Tempestade ERIN, a maior catástrofe natural ocorrida em Cabo Verde, confirmou a posição dos Seguros como corpo protector da Sociedade.

5. FATOS RELEVANTES – PRICIPAIS ACONTECIMENTOS

Janeiro	✓ 22 de janeiro, inauguração do escritório em Tarrafal (Santiago), no dia em que a IMPAR completou 33 anos de vida.
Fevereiro	✓ Patrocinadora oficial do Carnaval 2025. ✓ Assinatura protocolo de Interconexão de dados com a Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação (DGRNI), com o objetivo de aprimorar e modernizar os serviços prestados aos cidadãos, promovendo a transparência e assegurar o acesso eficiente à informação. ✓ Dias 13, 14 e 15 - Presença no 1.º Congresso Internacional da USOG-PLP – União das Sociedades de Obstetrícia e Ginecologia dos Países de Língua Portuguesa, no Hotel Praiamar, na cidade da Praia. ✓ 20 de fevereiro - presença na conferência de imprensa para a apresentação oficial do cartaz do Kriol Jazz Festival 2025.
Março	✓ Dias 6, 7, 8 e 9 - Presença na Feira Automóvel Multimarcas, no Largo da Kebra Kanela, Cidade da Praia. ✓ 29 de março, Assembleia Geral Ordinária da IMPAR Seguros ✓ Comemoração Interna Dia do Pai (oferta de voucher para um brunch entre pai e filho) e Dia da Mulher cabo-verdiana (realização de um lanche com as colaboradoras IMPAR).
Abril	✓ Remodelação total do nosso escritório na Cidade de São Filipe, ilha do Fogo, com foco no conforto e comodidade dos nossos clientes. ✓ Parceira da Câmara Municipal de São Filipe na realização das festividades de Nhô São Filipe 2025 ✓ Abertura de um novo posto de atendimento no Shopping Cidades – Sucupira (Ilha De Santiago). ✓ Participação no encontro com os Emigrantes realizado no âmbito das festividades de Nhô São Filipe. ✓ Dias 10, 11 e 12 de abril - Presença na 14.ª Edição do Kriol Jazz Festival 2025 como Patrocinador Oficial.
Maio	✓ Comemoração interna do Dia do Trabalhador. ✓ 24 de maio - Presença na Caminhada e Feira de Segurança Rodoviária, nas ilhas de Santiago e São Vicente, a convite da DGTR – Direção Geral dos Transportes Rodoviários, integrado na 8ª Semana Mundial da Segurança Rodoviária das Nações Unidas. ✓ 26, 27 e 28 de maio – Parceira do Fórum Académico, Científico e Estudantil da Uni-CV, na Universidade de Cabo Verde.

Junho	✓ O PCA da Impar, Dr. Luís Vasconcelos, foi um dos oradores convidados no XII Diálogo Estratégico promovido pelo IPP – Instituto Pedro Pires que reuniu líderes, pensadores e agentes de mudança para debater que Cabo Verde queremos para 2075. ✓ Participação na Feira Comunitária de Promoção da Saúde, realizada pela Escola Gregório Delgado Monteiro, em articulação com o Centro de Saúde de Ribeira de Craquinha em São Vicente. ✓ 12 de junho - Tarrafal foi o município escolhido para a realização de uma atividade de sensibilização para a segurança rodoviária junto da comunidade local, em parceria com a Polícia de Trânsito e a Escola Central do Tarrafal. ✓ A IMPAR Seguros foi escolhida como caso de estudo para a realização de 2 trabalhos académicos em duas universidades da ilha de Santiago: Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) e Universidade de Cabo Verde (UNICV).
Julho	✓ 3 a 5 de julho – Participação na Feira Automóvel da Caetano no largo da Kebra Kanela - Cidade da Praia. ✓ 22 a 27 de julho - Parceiros do evento Tarrafal Beach Sports 2025, no município do Tarrafal, Ilha de Santiago. ✓ 24 de julho – realização de uma grande homenagem ao Dr. Corsino Fortes, na data em que se assinala o 10º aniversário do seu falecimento ✓ 25 de julho – realização do encontro com empresários do Tarrafal (Santiago) intitulado “Conversa Segura". ✓ 31 de julho - Presença na conferência de imprensa para a apresentação oficial do cartaz do Mindel Summer Jazz 2025.
Agosto	✓ 1 de agosto - Participação no Encontro de Emigrantes 2025, promovido pela Câmara Municipal do Tarrafal. ✓ 6 de agosto – Participação no Encontro de Emigrantes, realizado na Cidade de Assomada pela Câmara Municipal de Santa Catarina. ✓ 7 e 8 de agosto – patrocinador da 13ª edição do Mindel Summer Jazz, São Vicente.
Novembro	✓ Realização de um workshop interno a nível nacional, conduzido pelo Coach Lúcio Antunes, reunindo os colaboradores num momento de partilha, alinhamento e inspiração. ✓ 3 a 8 de novembro - Patrocinadora oficial do Mindelact, com a realização do “Dia Impar” no qual foram feitas várias ações de ativação na marca Impar. ✓ 18 de novembro – lançamento da nova marca, que trouxe consigo um slogam forte: Protegendo Cabo Vede desde 1992, para sempre! ✓ 19 a 22 de novembro - Presente na FIC 2025, com marca nova, stand novo e novo conceito de relacionamento e proximidade com os clientes.
Dezembro	✓ 12 de dezembro – abertura de um novo atendimento em Achada São Filipe, integrado na Agência do BCN. ✓ 14 de dezembro – patrocínio ao Volleyball World Beach Pro Tour que decorreu na praia da Laginha, São Vicente.

6. PRINCIPAIS INDICADORES E VARIAVÉIS

	2 025	2 024	Var 25 / 24	Var 25 / 24 %
Produção				
Vida	250 474	204 933	45 541	22,2%
Não Vida	1 282 682	1 302 213	(19 530)	-1,5%
IMPAR	**1 533 156**	**1 507 145**	**26 011**	**1,7%**
Vida	842 819	652 282	190 537	29,2%
Não Vida	3 804 136	3 511 409	292 727	8,3%
Mercado	**4 646 955**	**4 163 691**	**483 264**	**11,6%**
Vida	29,7%	31,4%		-1,7%
Não Vida	33,7%	37,1%		-3,4%
Quota	**33,0%**	**36,2%**		-3,2%
Seguro Directo	**599 972**	**756 075**	**(156 103)**	**-20,6%**
Prémios	1 533 156	1 507 145	26 011	1,7%
Sinistros	(606 327)	(416 812)	(189 515)	45,5%
Provisões	(36 898)	(101 965)	65 067	-63,8%
Custos	(289 959)	(232 293)	(57 666)	24,8%
Resseguro	**(174 693)**	**(350 337)**	**175 644**	**-50,1%**
Prémios	(475 523)	(495 900)	20 378	-4,1%
Sinistros	285 664	38 327	247 337	645,3%
Provisões	(78 081)	20 878	(98 959)	-474,0%
Custos	93 246	86 357	6 889	8,0%
Resultados				
Resultado Técnico	**425 279**	**405 737**	**19 542**	**4,8%**
Seguro Directo	599 972	756 075	(156 103)	-20,6%
Resseguro	(174 693)	(350 337)	175 644	-50,1%
Resultado Bruto	**1 061 530**	**1 163 143**	**(101 613)**	**-8,7%**
Técnico	425 279	405 737	19 542	4,8%
Não Técnico (*)	636 251	757 405	(121 154)	-16,0%
Resultado Liquido	**896 779**	**1 093 784**	**(197 005)**	**-18,0%**
Resultado Bruto	1 061 530	1 163 143	(101 613)	-8,7%
Imposto sobre o lucro	(164 751)	(69 358)	(95 393)	137,5%
Investimentos	**7 596 970**	**6 681 930**	**915 040**	**13,7%**
Financeiros	6 912 714	6 025 348	887 366	14,7%
Terrenos e Edificios	684 256	656 582	27 674	4,2%
Provisões Técnicas	**2 053 561**	**1 929 996**	**123 565**	**6,4%**
Seguro Directo	2 757 061	2 503 658	253 404	10,1%
Resseguro	(703 500)	(573 661)	(129 839)	22,6%
Capital Próprio	**5 806 529**	**5 015 618**	**790 911**	**15,8%**
Capital Social	400 000	400 000	-	0,0%
Reservas e Resultados Transitados	4 509 750	3 521 834	987 917	28,1%
Resultado do Exercício	896 779	1 093 784	(197 005)	-18,0%
Indicadores				
Rácio de Sinistralidade	39,5%	27,7%		11,9%
Rácio de Despesa	18,9%	15,4%		3,5%
Rácio Combinado	**58,5%**	**43,1%**		**15,4%**
Taxa de Provisionamento	-2,4%	-6,8%		4,4%
Rentabilidade técnica bruta	**39,1%**	**50,2%**		**-11,0%**
Taxa de Cedência (saldo de resseguro)	-11,4%	-23,2%		11,9%
Rentabilidade técnica liquida	**27,7%**	**26,9%**		**0,8%**
Rentabilidade não técnica	41,5%	50,3%		-8,8%
Rentabilidade bruta	**69,2%**	**77,2%**		**-7,9%**
Fiscalidade	10,7%	4,6%		6,1%
Rentabilidade liquida	**58,5%**	**72,6%**		**-14,1%**
Taxa efectiva de imposto	**15,5%**	**6,0%**		**9,6%**

(*) inclui todos os rendimentos

7. A ACTIVIDADE DA IMPAR EM 2025

7.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE

No decorrer do ano 2025, a ÍMPAR manteve o foco em medidas delineadas para a consolidação dos níveis de desempenho com vista ao desenvolvimento sustentável. Foi estabelecido o crescimento dos prémios em segmentos de maior rendibilidade, a promoção da redução da taxa de sinistralidade e melhoria dos rendimentos financeiros.

Relativamente à Produção, a IMPAR registou um acréscimo de 2%, tendo atingido um volume de prémios de 1.533 milhões de contos contra os 1.507 milhões de contos de 2024. A produção aumentou 26.011 contos, sendo mais 45.541 contos do ramo Vida e menos 19.530 contos do ramo Não Vida. No ramo Não Vida a diminuição deveu-se à emissão de um prémio único do ramo Obras e Montagens de 76 mil contos em 2024 e como tal não foi repetido em 2025.

O ano de 2025 ficou marcado pela tempestade Erin, em 11 de agosto, que provocou perdas humanas e materiais especialmente em S. Vicente. A IMPAR cumpriu a sua missão e assumiu a cobertura de 65 sinistros ocorridos nesse dia. Destes, 5 foram do ramo Automóvel Facultativo e os restantes do ramo Incêndio e Outros. O valor total, até 31 de dezembro, atingiu o montante de 145 mil contos.

Porque a IMPAR está protegida por tratados de resseguro, a comparticipação dos resseguradores foi, até 31 de dezembro, de 110 mil contos, pelo que em termos líquidos, os sinistros do 11 de agosto afectaram os resultados técnicos em 35 mil contos.

A rúbrica de custos com sinistros apresentou o valor de 606.327 contos, representando um acréscimo de 189.514 contos (+45%) face aos 416.813 contos de 2024. Esta variação é sobretudo no ramo Incêndio e Outros, como acima referido.

Ao nível do Resseguro Cedido a IMPAR manteve a sua política de cedência, caracterizada pelo rigor na escolha dos seus Resseguradores. Assim, renovaram-se as participações com basicamente o mesmo leque do ano anterior. O resultado do resseguro cedido, situou-se nos 174.693 contos com uma variação positiva de 50,1% face a 2024. Tal deveu-se à já citada comparticipação nos sinistros de 11 de agosto.

A política de investimentos adotada pela IMPAR, permitiu um retorno dos seus ativos na ordem dos 171.436 contos representando um aumento dos resultados financeiros na ordem dos 15% face a 2024.

O resultado líquido depois da estimativa de imposto situou-se nos 896.779 contos, 197.005 contos abaixo dos 1.093.784 contos do ano 2024, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e pela valorização dos imóveis de rendimento. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os 465.434 contos, mais 45.410 contos do que os 420.024 contos gerados no exercício anterior.

De registar a consistência dos resultados ao longo do tempo, em todas as vertentes analisadas, que é fruto de uma preocupação constante da IMPAR na melhoria da qualidade do serviço aos

clientes. O investimento humano em formação, em informação e em tecnologia tem sido muito significativo e tem sido decisivo para a obtenção destes resultados.

7.2. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

mCVE

SEGURO DIRECTO	Prémios emitidos				Var 25/24%
Ramo / Grupo Ramos	2025	%	2024	%	
Vida	250 474	16%	204 933	14%	22%
Total I	**250 474**	**16%**	**204 933**	**14%**	**22%**
Não Vida					
Acidentes e doença	341 230	22%	337 312	22%	1%
Incêndio e outros danos	197 023	13%	233 707	16%	-16%
Automóvel	488 068	32%	475 981	32%	3%
Maritimo, aéreo e transportes	193 975	13%	190 125	13%	2%
Responsabilidade civil geral	46 193	3%	54 311	4%	-15%
Crédito e caução	16 192	1%	10 777	1%	50%
Total II	**1 282 682**	**84%**	**1 302 213**	**86%**	**-1%**
Total I + II	**1 533 156**	**100%**	**1 507 145**	**100%**	**2%**

A produção cresceu 26.011 contos (+2%) sendo que no Incêndio e Outros reflete-se o referido prémio único de 2024.

Dados provisórios indicam que o mercado segurador apresentou uma variação positiva de 9,8% relativamente a 2024.

O ramo Automóvel continuou a ter grande relevância na estrutura de prémios da Companhia.

7.3 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

mCVE

SEGURO DIRECTO	Custos com Sinistros				Var 25/24%
Ramo / Grupo Ramos	2025	%	2024	%	
Vida	49 802	8%	79 608	19%	-37%
Total I	**49 802**	**8%**	**79 608**	**19%**	**-37%**
Não Vida					
Acidentes e doença	22 282	4%	52 716	13%	-58%
Incêndio e outros danos	159 609	26%	-7 672	-2%	-2181%
Automóvel	302 857	50%	273 841	66%	11%
Maritimo, aéreo e transportes	26 078	4%	12 622	3%	107%
Responsabilidade civil geral	45 698	8%	5 697	1%	702%
Crédito e caução	0	0%	0	0%	
Total II	**556 525**	**92%**	**337 205**	**81%**	**65%**
Total I + II	**606 327**	**100%**	**416 812**	**100%**	**45%**

Os custos com sinistros de seguro direto em 2025 ascenderam a 606.327 contos registando-se globalmente um acréscimo face ao ano anterior de 45%. Esta variação centra-se sobretudo ao nível do ramo Incêndio pelo que, excluindo os sinistros do 11 de agosto, o valor dos sinistros seria de 461.241 contos, mais 44.428 contos (11%) em relação a 2024.

No Vida a redução deve-se a menos resgates dos produtos financeiros.

A taxa de sinistralidade, medida pelo custo com sinistros (pagamento de indemnizações mais variação das provisões) sobre os prémios adquiridos situou-se nos 39,7%.

%

Taxa de Sinistralidade	2025	2024
Não Vida		
Acidentes e doença	6,4%	15,7%
Acidentes de Trabalho	6,2%	20,5%
Acidentes Pessoais	5,6%	4,3%
Doença	19,1%	13,4%
Incêndio e outros danos	58,0%	-3,5%
Automóvel	59,9%	57,1%
Maritimo, aéreo e transportes	13,4%	7,2%
Responsabilidade civil geral	73,4%	9,7%
Diversos	0,0%	0,0%
Total	39,7%	26,3%

* custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

7.4 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto alcançaram, em 2025, um valor de 2.757.061 contos resultando numa variação de mais 10%, relativamente a 2024.

mCVE

Provisões Técnicas de Seguro Direto	2025	2024	Var 25/24%
Provisão para Prémios Não Adquiridos	335 650	442 094	-24%
Provisão Matemática Vida	839 288	689 945	22%
Provisão para Sinistros	**1 582 123**	**1 371 619**	**15%**
Vida	37 009	27 986	32%
Acidentes de Trabalho	122 420	118 612	3%
Automóvel	894 003	840 459	6%
Outros Ramos	528 690	384 562	37%
Total	**2 757 061**	**2 503 658**	**10%**

O aumento da Provisões Técnicas é consequência natural da excelência da carteira de prémios da Companhia, para fazer face às responsabilidades assumidas com os tomadores de seguros e o aumento em 2025 é dividido entre Provisões Matemáticas Vida dos produtos Financeiros e as provisões para sinistros em particular nos Outros Ramos.

7.5 RESSEGURO CEDIDO

O saldo de resseguro cedido em 2025 registou o montante de 174.693 contos, tendo apresentado uma variação negativa de 50% face ao ano anterior.

As variações ocorridas nos prémios e comissões e provisões pautam-se dentro da dinâmica normal da nossa actividade. Relativo a rubrica Sinistros no Não Vida, o forte aumento na comparticipação dos resseguradores deve-se quase na totalidade aos sinistros de 11 de agosto.

A IMPAR apresentou um rácio de cedência dos prémios de 31%, 2 p.p. abaixo do ano anterior.

O Programa de Resseguro respondeu positivamente às exigências, tendo confirmado a sua importância na proteção do capital. O leque de Resseguradores da ÍMPAR manteve o elevado grau de performance, segurança financeira e de capacidade técnica para dar resposta as nossas demandas.

Saldo Técnico de Resseguro*	2025	2024	Var 25/24%
Vida	**16 733**	**13 270**	**26%**
Prémios	70 646	40 008	77%
Comissões	35 028	21 248	65%
Sinistros e variação das Provisões Técnicas	18 885	5 491	244%
NãoVida	**157 960**	**337 067**	**-53%**
Prémios	404 877	455 892	-11%
Comissões	58 218	65 109	-11%
Sinistros e variação das Provisões Técnicas	188 698	53 715	251%
Resultado	**174 693**	**350 337**	**-50%**

7.6 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro em 2025 foi de 714.558 contos e apresenta um aumento de 14% em relação ao ano anterior.

mCVE

Saldo Técnico Liquido de Resseguro*	2025	2024	Var 25/24%
Vida	25 045	28 853	-13%
Acidentes e doença	268 235	270 412	-1%
Incêndio e outros danos	85 125	65 771	29%
Automóvel	211 966	201 253	5%
Maritimo, aéreo e transportes	99 144	40 120	147%
Responsabilidade civil geral	18 350	15 734	17%
Crédito e caução	6 693	6 288	6%
Total	**714 558**	**628 432**	**14%**

* Sem custos imputados

7.7 CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos de gestão apresentam um aumento de 24,0% face a 2024.

O aumento dos Custos com Pessoal decorre da revisão da grelha salarial efectuada em janeiro, que abrangeu a totalidade dos colaboradores, bem como da admissão de novos colaboradores.

Os Fornecimentos e Serviços Externos aumentam nas Licenças de Software e nos custos Comerciais, relacionados com a mudança de marca (Rebranding) e campanhas publicitárias.

mCVE

Custos Operacionais	2025	2024	Var 25/24%
Custos com Pessoal	170 481	138 227	23,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	88 749	67 031	32,4%
Impostos	14 956	13 655	9,5%
Amortizações	19 066	17 553	8,6%
Total	**293 252**	**236 466**	**24,0%**

7.8. INVESTIMENTOS

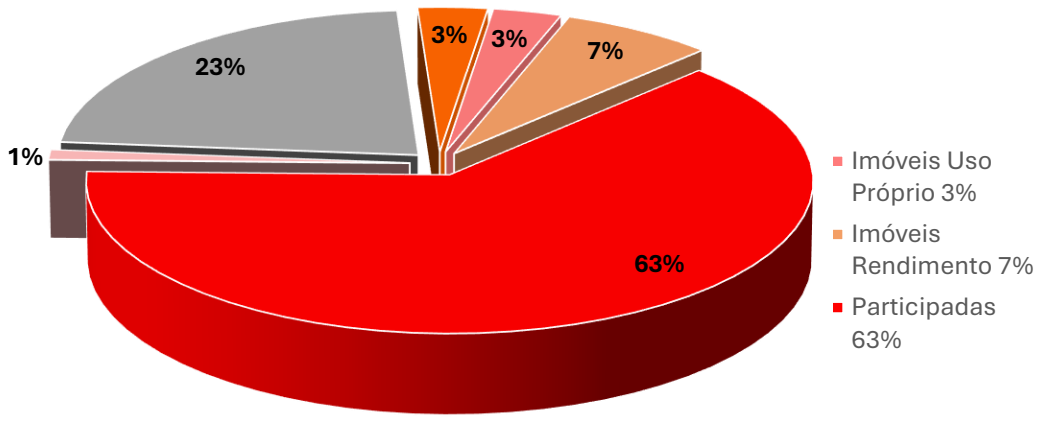
Em 2025, a carteira de investimentos da Companhia atingiu o valor 7.704.830 contos com uma variação positiva de 13,6% face ao ano anterior.

O investimento em Participadas representou a maior fatia com 63% do total da carteira, sendo de destacar a participação no BCN.

Apesar da forte aposta na Bancassurance e na formação de um forte Grupo Financeiro de matriz nacional, os restantes investimentos da Companhia são geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia

Os Investimentos da IMPAR, excluindo as participadas, registaram uma rentabilidade média de 2,8% para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e a diversificação da carteira.

A composição da carteira de ativos no final de 2025 era a seguinte:



7.9 RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2025, o quadro de pessoal ativo da IMPAR comportava um total de 76 colaboradores.

A idade média dos colaboradores da Companhia é de 40 anos e a antiguidade média é de 11 anos, podendo ser considerado um vínculo contratual estável. A estratégia definida pelos Acionistas exige que a Companhia possua nos seus quadros excelentes colaboradores, de modo que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no médio/longo prazo.

No que tange a distribuição por género, 80% são do género feminino e 20% masculino.

No que se refere à composição do efetivo em termos de habilitações académicas, apurou-se 25 colaboradores com ensino superior, 49 com enquadramento no ensino secundário e 2 com ensino básico.

No âmbito da política de benefícios sociais a Empresa, à semelhança dos anos anteriores, proporcionou aos seus colaboradores um conjunto de benefícios, nomeadamente Seguro de Vida, Seguro de Saúde que garante o reembolso parcial das despesas médicas, Seguro Facultativo Acidentes de Trabalho, desconto nos demais Seguros Facultativos, e concessão de empréstimos com bonificação nos juros.

O investimento no desenvolvimento dos Colaboradores materializou-se, em 2025, em cerca de 550 horas de formação, abrangendo 71 Colaboradores, em domínios dirigidos especificamente para cada um e as linhas de negócio exploradas.

No âmbito da gestão de recursos humanos, os Colaboradores são submetidos a um processo anual de avaliação de desempenho, tendo em consideração o grau de cumprimento dos objetivos e o alinhamento com a estratégia definida. Este processo de avaliação visa a identificação das necessidades de formação e desenvolvimento dos Colaboradores.

Política de remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados, que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios previstos nos normativos existentes, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Transparência, simplicidade e clareza, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Não discriminação e igualdade de oportunidades;

• Mitigação e prevenção de riscos laborais;

• Políticas de responsabilidade social e ambiental;

• Direitos laborais.

• Sustentado numa eficaz gestão de risco e controlo rigoroso para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, salvaguardando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e dos seus colaboradores com os interesses dos seus clientes e investidores;

• Equiparação e competitividade com as práticas do mercado, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;

• Em linha com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro a nível nacional, com o objetivo de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos;

• Apuramento de prémio de produtividade baseado na avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade e da indústria seguradora nacional.

7.10 RESULTADOS DO EXERCÍCIO

mCVE

Resultados	2025	2024	Var 25/24%
Seguro Directo	**599 972**	**756 075**	**(156 103)**
Prémios Brutos	1 533 156	1 507 145	26 011
Prémios Diferidos	112 446	(337)	112 783
Sinistros Técnicos	(562 715)	(404 799)	(157 917)
Sinistros Outros	(43 612)	(12 014)	(31 598)
Outras Provisões	(149 344)	(101 628)	(47 716)
Custos Exploração	(289 959)	(232 293)	(57 666)
Resseguro	**(174 693)**	**(350 337)**	**175 644**
Prémios Brutos	(475 523)	(495 900)	20 378
Prémios Diferidos	(78 081)	20 878	(98 959)
Sinistros Técnicos	285 664	38 327	247 337
Custos Exploração	93 246	86 357	6 889
Estrutura	**471 500**	**688 047**	**(216 547)**
Rendimentos	656 640	799 415	(142 774)
Outros Resultados	(20 389)	(42 009)	21 620
Imposto s/Lucros	(164 751)	(69 358)	(95 393)
Resultado	**896 779**	**1 093 784**	**(197 005)**

Os resultados incluem o valor da equivalência patrimonial do BCN e da IMOPAR, respectivamente, nos montantes de 439.914 contos e 5.887 contos, a valorização ao justo valor das acções da ENACOL no valor de 7.425 contos e a valorização positiva dos Imóveis de Rendimento no valor de 36.300 contos.

A valorização dos Imóveis de Rendimento, apresentam um valor de IRPC diferido passivo no valor de 9.782 contos, pelo que a variação em 2025 foi de -58.181 contos.

Os rendimentos acima dão um total de 431.345 contos em 2025 e de 673.760 contos em 2024. Sem estes, o resultado líquido seria de 465.434 contos em 2025 e de 420.024 contos em 2024, ou seja, uma variação positiva de 45.410 contos.

7.11 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

Em função dos bons resultados obtidos, o Capital próprio da Companhia cresceu 15,8% passando a valer 5.806.529 contos, mais 790.911 contos em relação a 2024.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de Capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco, podendo afirmar que os capitais próprios actuais que são mais do triplo do valor legal estão preparados para superar com distinção a implementação da Solvência II em Cabo Verde.

O rácio de cobertura da Margem de Solvência correspondente a 1604%, situando-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

7.12 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

O sistema de gestão de risco e controlo interno da Companhia é eficaz, sendo determinante para a proteção e fortalecimento da IMPAR, prevenindo muitas situações e mitigando o impacto negativo de eventos futuros.

Uma gestão cuidada deste sistema acrescenta valor à Companhia e dota-a de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses de todos os stakeholders.

A efectividade do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. Todas as linhas de defesa que foram implementadas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Assim, o ciclo de gestão de risco inclui:

•A identificação dos riscos que a Companhia pode enfrentar;

•O estabelecimento de um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;

•O estabelecimento de tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;

•A monitorização a exposição ao risco e manutenção de uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias;

Ao longo de 2025 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, para a definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno e também para o reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II previsto ser implementado em breve em Cabo Verde irá incutir na atividade.

Assim, destacam-se as seguintes atividades:

•Reavaliação das políticas de risco (reservas, prevenção de branqueamento de capitais, tratamento e competência e idoneidade);

•Reforço da função de controlo Actuarial;

•Cálculo trimestral do rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;

•Divulgação pública do Relatório e Contas e respetivos relatórios do Fiscal Único, Auditor Externo e do Atuário Responsável no *website* da Companhia;

A participação efectiva de todas as áreas, com especial enfoque dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiu o pleno cumprimento dos objetivos. O sistema de gestão de risco e controlo interno confirmou-se robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

8. PERSPETIVAS PARA 2026

Sendo um ano de eleições legislativas e presidenciais, existe a incerteza sobre a continuidade, ou não, das políticas públicas actualmente vigentes, trazendo alguma incerteza sobre o modelo de governação que irá prevalecer.

O reforço da implementação da terceira Seguradora no mercado de Cabo Verde que trouxe uma pressão sobre as tarifas e, consequentemente, sobre a exploração técnica, obrigará a reposicionamentos comerciais e a reajustamentos tarifários.

O novo modelo de actuação dos Estados Unidos da América provocou a alteração da ordem mundial, com efeitos visíveis em Cabo Verde, em resultado do cancelamento do 3º compacto do Millenniem Chalange Account, trará maiores incertezas sobre qual será o desfecho que os conflitos militares persistentes e tensões geopolíticas existentes, nomeadamente na Ucrânia e no Médio Oriente, irão ter ao longo de 2026.

A consolidação da actuação da Comissão Executiva recentemente eleita e a materialização da aposta no digital marcarão a actuação da IMPAR a longo da anuidade de 2026.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado líquido da IMPAR atingiu em 2025 os 896.779 contos, dos quais apenas 465.434 contos são distribuíveis, conforme o mencionado na Mensagem do Conselho de Administração e o detalhado e explicado no Anexo às Contas.

Assim, o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de Resultados:

Dividendos: 200.000 contos

Reservas livres: 696.779 contos

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração reconhece a importância do contributo de todos os stakeholders para a excelente perfomance da Companhia, na concretização dos seus objetivos e na implementação do plano estratégico.

Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua plena confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de cobertura dos seus riscos;
- À Autoridade de Supervisão, pelo seu acompanhamento e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo suporte dado ao longo de todo o exercício;
- Ao BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, pelo seu crescente papel na comercialização dos produtos da Companhia;
- Ao Fiscal Único, pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e aumento da capacidade de aceitação de riscos por nós subscritos;
- Aos nossos diversos prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua motivação, dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os nossos sinceros agradecimentos.

Cidade do Mindelo, 13 de Fevereiro de 2026

O Conselho de Administração

Luís Vasconcelos Lopes
Presidente

Paulo Jorge de Oliveira Lima
Vice-Presidente

Débora Katisa Carvalho
Presidente Comissão Executiva

António Raposo Correia
Administrador Executivo

João Rodrigues Dias
Administrador Executivo

Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administrador Não Executivo

Herminaldo Nogueira Sousa Brito
Administrador Não Executivo

II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO

unid CVE

ACTIVO	Notas	2025			2024
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	236 088 312		236 088 312	147 518 241
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17	4 842 201 328		4 842 201 328	4 302 268 057
Activos disponíveis para venda	18	81 138 643		81 138 643	72 213 643
Outros depósitos	19	250 000 000		250 000 000	250 000 000
Investimentos a deter até à maturidade	20	1 739 374 443		1 739 374 443	1 400 866 643
Terrenos e edifícios	21	792 116 016	(107 860 325)	684 255 691	656 581 686
Terrenos e edifícios de serviço próprio	21	244 716 016	(107 860 325)	136 855 691	145 481 686
Terrenos e edifícios de rendimento	21	547 400 000		547 400 000	511 100 000
Outros activos tangíveis	22	204 441 778	(160 325 061)	44 116 717	32 940 327
Inventários	22	-		-	322 554
Outros activos intangíveis	23	19 536 211	(19 387 820)	148 391	344 619
Provisões técnicas de resseguro cedido	24	703 499 965		703 499 965	573 661 355
Provisões para prémios não adquiridos	24	147 362 164		147 362 164	225 442 735
Provisão para sinistros	24	556 137 801		556 137 801	348 218 620
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	485 233 094	(201 784 600)	283 448 494	331 383 081
Contas a receber por operações de seguro directo	25	426 917 155	(201 784 600)	225 132 555	298 112 802
Contas a receber por outras operações de resseguro	25	37 494 318		37 494 318	12 954 495
Contas a receber por outras operações	25	20 821 621		20 821 621	20 315 784
Activos por impostos	26	-		-	48 484 859
Activos por impostos correntes	26	-		-	85 578
Activos por impostos diferidos	26	-		-	48 399 281
Acréscimos e diferimentos	27	75 614 522		75 614 522	39 863 238
Outros elementos do activo		2 140 000		2 140 000	2 140 000
TOTAL DO ACTIVO		**9 431 384 312**	**(489 357 806)**	**8 942 026 506**	**7 858 588 302**

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO

unid CVE

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2025	2024
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	30	400 000 000	400 000 000
Reservas de reavaliação	31	17 442 615	17 442 615
Por ajustamentos no justo valor		15 000	15 000
Por revalorização de terrenos e edifícios		17 427 615	17 427 615
Outras reservas	31	3 845 498 608	2 951 714 250
Resultados transitados	31	646 808 879	552 676 690
Resultado do exercício	32	896 778 944	1 093 784 358
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		**5 806 529 047**	**5 015 617 913**
PASSIVO			
Provisões técnicas	24	2 757 061 460	2 503 657 620
Provisão para prémios não adquiridos	24	335 650 418	442 093 913
Provisão para seguros e operações do ramo vida	24	832 113 607	683 918 493
Provisão para sinistros	24	1 582 122 551	1 371 619 169
De vida	24	37 009 241	27 985 827
De acidentes de trabalho	24	122 056 439	118 372 799
De automóvel	24	809 772 316	790 439 405
De outros ramos	24	613 284 555	434 821 138
Provisões para participação nos resultados	24	7 174 884	6 026 045
Provisão para riscos em curso		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28	266 197 448	229 320 626
Contas a pagar por operações de seguro directo	28	89 111 744	19 875 747
Contas a pagar por outras operações de resseguro	28	114 492 864	160 751 832
Contas a pagar de Empréstimos bancários	28		
Contas a pagar por outras operações	28	62 592 840	48 693 047
Passivos por impostos	26	72 187 768	68 138 908
Passivos por impostos correntes		62 405 563	68 138 908
Passivos por impostos diferidos		9 782 205	-
Acréscimos e diferimentos	27	23 350 823	25 153 276
Outras provisões	29	16 699 960	16 699 960
TOTAL PASSIVO		**3 135 497 459**	**2 842 970 389**
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		**8 942 026 506**	**7 858 588 302**

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO

unid CVE

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	2025	2024
Prémios adquiridos liquidos de resseguro	5	173 338 296	918 660 711	-	1 091 999 007	1 031 786 380
Prémios brutos emitidos	5	250 473 816	1 282 682 369	-	1 533 156 185	1 507 145 207
Prémios de resseguro cedido	5	(70 645 945)	(404 876 901)	-	(475 522 846)	(495 900 418)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	5	(6 461 374)	118 907 613	-	112 446 239	(336 804)
Provisão para prémios não adquiridos, resseguro (var.)	5	(28 201)	(78 052 370)	-	(78 080 571)	20 878 395
Custos com sinistros, liquidos de resseguro	6	(30 888 895)	(289 773 793)	-	(320 662 688)	(378 485 058)
Montantes pagos	6	(38 440 498)	(279 952 736)	-	(318 393 234)	(322 665 895)
Montantes brutos	6	(40 778 866)	(355 359 353)	-	(396 138 219)	(382 319 992)
Parte dos resseguradores	6	2 338 368	75 406 617	-	77 744 985	59 654 097
Provisão para sinistros (variação)	6	7 551 603	(9 821 057)	-	(2 269 454)	(55 819 163)
Montante bruto	6	(9 023 414)	(201 165 221)	-	(210 188 635)	(34 492 352)
Parte dos resseguradores	6	16 575 017	191 344 164	-	207 919 181	(21 326 811)
Provisão matemática do ramo vida, liquida de resseguro	8	(148 195 114)	-	-	(148 195 114)	(100 008 139)
Montante bruto	8	(148 195 114)	-	-	(148 195 114)	(100 008 139)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	9	(1 148 839)	-	-	(1 148 839)	(1 619 809)
Custos e gastos de exploração liquidos	10	(22 807 721)	(267 151 614)	-	(289 959 335)	(232 293 246)
Custos de aquisição	10	(12 186 418)	(128 886 054)	-	(141 072 472)	(119 030 315)
Custos de aquisição diferidos (variação)	10	116 844	(6 119 588)	-	(6 002 744)	1 252 346
Gastos administrativos	10	(10 738 147)	(132 145 972)	-	(142 884 119)	(114 515 277)
Comissões e participação resultados de resseguro	10	35 027 743	58 218 117	-	93 245 860	86 357 241
Rendimentos	12	31 659 063	139 447 373	329 984	171 436 420	149 024 358
De juros de activos financeiros	12	30 999 063	44 515 783	329 984	75 844 830	53 679 932
Outros	12	660 000	94 931 590	-	95 591 590	95 344 426
Gastos financeiros	13	-	(8 822 223)	-	(8 822 223)	(8 908 107)
Outros	13	-	(8 822 223)	-	(8 822 223)	(8 908 107)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	12	-	-	-	-	10 751 870
Outros	12	-	-	-	-	10 751 870
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	13	35 000 000	(200 000)	1 500 000	36 300 000	112 785 466
Perdas de imparidade (liquidas reversão)		-	-	4 500 000	4 500 000	-
De activos disponiveis para venda		-	-	4 500 000	4 500 000	-
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro	13	37 764	-	-	37 764	4 908
Outras provisões (variação)	14	-	-	(9 409 216)	(9 409 216)	(34 945 653)
Outros rendimentos e gastos	15	-	-	(11 017 680)	(11 017 680)	(7 068 431)
Ganhos e perdas de filiais, associadas e empreedimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalencia patrimonial	17	-	453 226 082	-	453 226 082	535 761 028
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**72 022 297**	**1 003 604 653**	**(14 096 912)**	**1 061 530 038**	**1 163 142 807**
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	26	-	-	(106 569 608)	(106 569 608)	(94 571 948)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	26	-	-	(58 181 486)	(58 181 486)	25 213 499
RESULTADO LIQUIDO DE IMPOSTOS		**72 022 297**	**1 003 604 653**	**(178 848 006)**	**896 778 944**	**1 093 784 358**

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA A 31 DEZEMBRO

unid CVE

Fluxos de Caixa	2025	2024
Resultado do Exercício	896 778 944	1 093 784 358
Depreciações e amortizações do exercício	19 065 807	17 552 572
Perdas por imparidade (líquidas de reversão)	-4 500 000	0
Equivalência Patrimonial	-453 226 082	-535 761 028
Variação Justo Valor Imóveis de Rendimento	-36 300 000	-112 785 466
Variação de Custo Amortizado		-10 751 870
Juros e Rendimentos Similares	-171 436 420	-149 024 358
Variação das Provisões de Seguro Direto	253 089 093	135 204 758
Variação das Provisões de Resseguro Cedido	-129 838 610	448 416
Variação Provisões Prémios em Cobrança	9 409 216	34 945 653
Operações de Seguro Directo	132 807 028	-84 150 151
Operações de Resseguro Cedido	-70 798 791	32 181 206
Outras Operações	13 393 956	268 653 161
Estado e outros entes públicos	52 533 719	-14 468 518
Acréscimos e Diferimentos	-37 553 737	-12 427 654
Outras Variações Ativo e Passivo	637 302	-141 720
Total Operacioanal	**474 061 425**	**663 259 359**
Imóveis de Rendimento	0	17 500 000
Imóveis de Uso Próprio	0	-17 500 000
Ativos disponíveis para venda	-8 925 000	222 151 543
Investimentos a deter até à maturidade	-334 007 800	-789 345 466
Investimentos Método de Equivalência Patrimonioal	7 425 000	150 000
Outros depósitos	0	10 000 000
Ativos Intangíveis	0	-444 994
Ativos Tangíveis	-21 419 974	-28 773 440
Juros e Rendimentos Similares	171 436 420	149 024 358
Total Investimento	**-185 491 354**	**-437 237 999**
Dividendos	-200 000 000	-200 000 000
Total Financiamento	**-200 000 000**	**-200 000 000**
Fluxo das atividades	**88 570 071**	**26 021 360**
Caixa e seus equivalentes no início do período	147 518 241	121 496 880
Caixa e seus equivalentes no final do período	236 088 312	147 518 241
Variação de caixa e seus equivalentes	**88 570 071**	**26 021 360**

A A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unid: CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)												Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total		
Balanço a 31 de Dezembro de 2024		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	2 864 201 250	-	17 442 615	-	552 676 690	1 093 784 358	5 015 617 914	-	5 015 617 914
Correcções de erros (IAS8)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Balanço de abertura em 01 de Janeiro de 2025		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	2 864 201 250	-	17 442 615	-	552 676 690	1 093 784 358	5 015 617 914	-	5 015 617 914
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31	-	-	-	-	320 000 000	573 784 358	-	-	-		(893 784 358)	-	-	-
Distribuição de reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-			-		-
Distribuição de Lucros	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-		(200 000 000)	(200 000 000)	-	(200 000 000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94 132 189		94 132 189	-	94 132 189
Total das variações do capital próprio		400 000 000	-	-	7 513 000	400 000 000	3 437 985 608	-	17 442 615	-	646 808 879	-	4 909 750 102	-	4 909 750 102
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2025	32	-	-									896 778 944	896 778 944		896 778 944
Balanço a 31 de Dezembro de 2025		400 000 000	-	-	7 513 000	400 000 000	3 437 985 608	-	17 442 615	-	646 808 879	896 778 944	5 806 529 047	-	5 806 529 047

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unid: CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)												Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total		
Balanço a 31 de Dezembro de 2023		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	2 307 214 375	-	15 000	-	541 662 423	756 986 875	4 093 391 673	-	4 093 391 673
Correcções de erros (IAS8)	39												-		-
Balanço de abertura em 01 de Janeiro de 2024		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	2 307 214 375	-	15 000	-	541 662 423	756 986 875	4 093 391 673	-	4 093 391 673
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31	-		-			556 986 875	-	17 427 615	-	-	(556 986 875)	17 427 615		17 427 615
Distribuição de reservas				-			-	-	-	-	-	-	-		-
Distribuição de Lucros	33	-		-			-	-	-	-	-	(200 000 000)	(200 000 000)		(200 000 000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17	-		-			-	-	-	-	11 014 267		11 014 267		11 014 267
Total das variações do capital próprio		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	2 864 201 250	-	17 442 615	-	552 676 690	-	3 921 833 555	-	3 921 833 555
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2024	32											1 093 784 358	1 093 784 358		1 093 784 358
Balanço a 31 de Dezembro de 2024		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	2 864 201 250	-	17 442 615	-	552 676 690	1 093 784 358	5 015 617 914	-	5 015 617 914

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

III – ANEXO ÀS CONTAS

Notas às demonstrações financeiras

1 – Informações Gerais

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.A. (“IMPAR ou Companhia”), com Sede Social na Praça Amílcar Cabral, Cidade do Mindelo e Sede Administrativa na Rua Amílcar Cabral, Cidade da Praia, foi criada em 1992, tendo os seus estatutos sido publicados através do Boletim Oficial n° 7 de 15 de Fevereiro de 1992. É uma Sociedade Anónima, nos termos do Código de Empresas Comerciais, cabendo a sua gestão ao seu Conselho de Administração, que delega a gestão corrente numa Comissão Executiva.

O Capital da Companhia é integralmente Caboverdiano, sendo detida em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% pela ALIANÇA - Negócios e Gestão, Lda e os restantes 14,66% por diversos accionistas nacionais.

A Companhia tem por objecto social o exercício da actividade de seguro e resseguro dos ramos Vida e Não Vida, com a amplitude consentida pela lei; podendo exercer actividades conexas ou complementares de seguro ou resseguro a que se dedica. Tem desenvolvido a sua actividade de seguro exclusivamente em Cabo Verde, operando nos ramos Vida e Não Vida e utilizando canais de distribuição que garantem uma ampla cobertura do território nacional.

Considerando a sua dimensão, tem subscrito contratos de resseguro em praticamente todos os ramos, mas com um enfoque especial nos de maior concentração de risco, como por exemplo o Aéreo, o Responsabilidade Civil e o Marítimo. A estruturação desses contratos de Resseguro está suportada em Tratados Proporcionais para a generalidade das situações, à exceção dos Ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho onde estão estabelecidos Tratados em Excess of Loss. Para além dos Tratados, a IMPAR faz colocação em regime de Resseguro Facultativo para os casos dos negócios especiais, nomeadamente os da Aviação e sempre que as linhas e os limites dos Tratados estejam esgotados, sendo esses negócios analisados caso a caso pelos Resseguradores.

A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reasseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 40% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, a Francesa SCOR e a PAN Africana Cica Re. De realçar ainda o apoio da Europ Assistance (Francesa) no âmbito dos seguros de assistência em viagem.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utiliza todas as fontes de informação disponíveis para a avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Conforme se encontra evidenciado neste relatório, no ano de 2025 o ramo Vida representou 16% dos prémios brutos emitidos. Os ramos Não Vida representaram 84% da carteira dos prémios brutos emitidos, onde se destacam os ramos Automóvel, representando 32% das vendas Não Vida, Incêndio e Outros Danos em Coisas 13% e Acidentes e Doença 22%.

O resultado líquido do exercício de 2025 fixou-se nos 896.779 contos, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e pela Valorização dos imóveis de Rendimento. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os 465.434 contra os 420.024 contos gerados no exercício anterior.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. As mesmas já foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2026.

2 - Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da IMPAR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, estabelecido pelo Banco de Cabo Verde - Autoridade de Supervisão de Seguros, nos termos do Aviso nº 3/2010 e Aviso nº4/2010, de 28 de Junho, que introduzem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguro em Cabo Verde e definem o plano de contas para as empresas de seguros com reporte e publicação de informação contabilística e demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”).

O atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS). Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Em 2011, a IMPAR adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2025, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2024.

As demonstrações financeiras estão expressas em Escudos de Cabo Verde, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Na preparação das demonstrações financeiras foram igualmente utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação e da continuidade, tendo por base os registos contabilísticos.

Os valores apresentados nas presentes notas às demonstrações financeiras estão expressos em milhares de escudos de Cabo Verde, excepto quando referido.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos

que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

As divulgações apresentadas seguem a sequência das rubricas das demonstrações financeiras, tendo sido assegurados os requisitos de divulgação de informação exigidos no Aviso 1/2012 do Banco de Cabo Verde.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes, sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas. A Companhia não prepara demonstrações financeiras consolidadas por considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal.

Adicionalmente, caso fossem preparadas demonstrações financeiras consolidadas iriam determinar um resultado líquido e capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que a mensuração dos investimentos em entidades filiais significativas é efetuada pelo método da equivalência patrimonial, o que implica uma apropriação da respetiva quota-parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades controladas.

Principais Políticas Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Nos investimentos em subsidiárias significativas a Companhia mensura as participações detidas pelo método equivalência patrimonial (MEP) subsequentemente ao lançamento inicial, registado ao custo da participação. Os impactos da aplicação do MEP são registados na conta de ganhos e perdas, pela apropriação da percentagem detida no resultado das subsidiárias. As alterações do MEP provenientes de alterações de reservas das subsidiárias são registadas em Outras reservas da Companhia.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Nos investimentos em Associadas mensuradas pela equivalência patrimonial, o lançamento inicial é feito ao custo da participação, sendo depois considerado o MEP.

Activos financeiros

Classificação:

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção, ou seja, no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, que inclui:

• Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;

• Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:

- Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;

- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);

- Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

• Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:

- Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;

- Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;

- Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação, ou seja, quando a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando a melhor informação disponível, que, na ausência de informação sobre preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, pode ser o valor contabilístico das entidades, com base nas suas demonstrações financeiras mais atualizadas.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Escudos Cabo-vediano à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao respectivo custo histórico sujeito a depreciação e testes de imparidade. Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais de amortização que reflectem, de forma razoável, a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Equipamento Administrativo	3 a 12
Equipamento Informático	3 a 5
Material de Transporte	7 a 8
Outros activos tangíveis	1 a 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo. Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Terrenos e edifícios de uso próprio

A Companhia classifica como imóveis de uso próprio, os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado aplicando-se os critérios de mensuração que constam da IAS 16.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente o modelo de valorização é o modelo alternativo do custo, deduzido de depreciações e sujeito a testes de imparidade, previsto nas IAS 16.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, tendo em conta o número de anos de vida útil de cada imóvel. A vida útil dos imóveis foi estimada, imóvel a imóvel. As vidas úteis destes imóveis variam até 25 anos, conforme o imóvel em causa.

Dispêndios subsequentes relacionados, são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas. Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas (software) são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais, suportadas pela Companhia, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem os valores de caixa e depósitos bancários e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. No decurso da sua actividade, a IMPAR apenas cede negócio, não aceitando qualquer negócio de resseguro.

Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a pagar a resseguradores decorrentes de prémios cedidos e valores a receber decorrentes de comissões e participação dos resseguradores nos custos com sinistros.

Benefícios aos empregados

Pensões - A Companhia não assumiu qualquer responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões ou complementos de reforma por velhice ou invalidez.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias - Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a um mês de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente. De acordo com a legislação laboral de Cabo Verde, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias por ano de serviço prestado, vencendo-se esse direito uma vez completado um ano de trabalho.

A política de remuneração dos Colaboradores definida pelo Conselho de Administração poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia. Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de saúde. Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos dos acréscimos e deduções a matéria coletável, bem como da tributação autónoma. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas desde a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 21,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respectivo exercício.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais abrangidos no referido período podem vir a ser corrigidos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Dividendos recebidos

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos no Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 5.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data, ou seja, corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes. A Companhia, de acordo com as instruções do Banco de Cabo Verde, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados ou participados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Provisão matemática

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho e Automóvel, são calculadas utilizando pressupostos actuariais definidos pelo Banco de Cabo Verde e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2025 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos termos da nova legislação do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (SOATDP) que entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023 que também se aplica ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel (SORCA), continuou-se a aplicar a tábua de mortalidade PF 60/64, com uma taxa de juro de 6% e encargos de gestão de 4%, tendo no entanto, sido reajustados os coeficientes de expectativa de vida que praticamente duplicaram.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte. O montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados

relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para o resseguro cedido

A provisão para o resseguro cedido é determinada aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em consideração as condições dos tratados de resseguro cedido celebrados.

3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

A Companhia determina se existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas e (iiii) provisão para riscos em curso. Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente pelo actuário.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que a informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Provisões para impostos

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor em Cabo Verde e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de cálculo. Os impostos diferidos, quando aplicáveis, são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, passíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos, pelo que é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da IMPAR de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4 – Informação por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos, diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A companhia considera como segmento principal o segmento operacional.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes e agrupam-se como segue:

- Vida

- Não Vida:

- Acidentes e Doença
- Incêndio e Outros Danos
- Automóvel
- Transportes Marítimo e Aéreo
- Responsabilidade Civil
- Outros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as actividades operacionais desenvolvidas pela Companhia apresentam o seguinte detalhe nas principais rúbricas de balanço e da demonstração de resultados:

2 025	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros	Automóvel	Transportes	Resp. Civil	Diversos	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas									
Prémios brutos emitidos	250 474	1 282 682	341 230	197 023	488 068	193 975	46 193	16 192	1 533 156
Prémios Resseguro Cedido	70 646	404 877	55 550	136 909	13 325	153 333	33 379	12 380	475 523
Prémios brutos não adquiridos (variação)	6 461	(118 908)	(5 518)	(78 025)	(17 707)	(222)	(16 087)	(1 348)	(112 446)
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	(28)	(78 052)	275	(58 920)	-	(9 868)	(8 795)	(744)	(78 081)
Custos com sinistros brutos	49 802	556 525	22 282	159 609	302 857	26 078	45 698	-	606 327
Custos com sinistros Resseguro Cedido	18 913	266 751	(9 771)	139 578	19 797	79 776	37 372	-	285 664
Custos de exploração	22 808	267 152	67 375	50 474	98 744	36 535	10 938	3 086	289 959
Comissões de Resseguro Cedido	35 028	58 218	10 868	25 229	-	14 435	5 397	2 289	93 246
Outras Provisões	149 344	-	-	-	-	-	-	-	149 344
Resultado técnico	**5 325**	**419 953**	**202 913**	**33 944**	**110 647**	**62 592**	**6 239**	**3 619**	**425 279**
Rubricas de Balanço									
Provisões técnicas brutas	906 957	1 850 104	166 664	193 312	1 003 372	376 093	98 502	12 162	2 757 061
Provisões técnicas Resseguro Cedido	49 847	653 653	61 360	169 066	124 756	214 023	80 793	3 655	703 500

2 024	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros	Automóvel	Transportes	Resp. Civil	Diversos	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas									
Prémios brutos emitidos	204 933	1 302 213	337 312	233 707	475 981	190 125	54 311	10 777	1 507 145
Prémios Resseguro Cedido	40 008	455 892	57 974	175 527	18 681	152 947	43 789	6 973	495 900
Prémios brutos não adquiridos (variação)	(20 732)	21 069	1 430	15 511	(3 730)	13 871	(4 226)	(1 786)	337
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	2 999	17 879	(4 723)	9 372	-	18 794	(4 741)	(823)	20 878
Custos com sinistros brutos	79 608	337 205	52 716	(7 672)	273 841	12 622	5 697	-	416 812
Custos com sinistros Resseguro Cedido	2 491	35 836	41 006	(16 594)	9 641	(5 030)	6 813	-	38 327
Custos de exploração	18 213	214 080	53 466	41 767	78 017	29 014	10 022	1 793	232 293
Comissões de Resseguro Cedido	21 248	65 109	9 981	31 203	-	16 537	5 851	1 538	86 357
Outras Provisões	101 628	-	-	-	-	-	-	-	101 628
Resultado técnico	**12 946**	**392 792**	**217 989**	**32 553**	**118 814**	**11 973**	**6 951**	**4 511**	**405 737**
Rubricas de Balanço									
Provisões técnicas brutas	742 245	1 761 413	163 836	176 928	968 357	355 978	82 795	13 518	2 503 658
Provisões técnicas Resseguro Cedido	33 300	540 361	76 841	124 918	122 304	146 343	65 557	4 400	573 661

5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

O detalhe dos prémios adquiridos líquidos de resseguro é como segue:

SEGURO DIRECTO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos	**2 025**	**%**	**2 024**	**%**	**2 025**	**2 024**	**2 025**	**%**	**2 024**	**%**
Vida	250 474	16%	204 933	14%	(6 461)	20 732	244 012	15%	225 665	15%
Total I	**250 474**	16%	**204 933**	14%	**(6 461)**	**20 732**	**244 012**	15%	**225 665**	15%
Não Vida										
Acidentes e doença	341 230	22%	337 312	22%	5 518	(1 430)	346 748	21%	335 882	22%
Incêndio e outros danos	197 023	13%	233 707	16%	78 025	(15 511)	275 049	17%	218 196	14%
Automóvel	488 068	32%	475 981	32%	17 707	3 730	505 776	31%	479 711	32%
Maritimo, aéreo e transportes	193 975	13%	190 125	13%	222	(13 871)	194 197	12%	176 255	12%
Responsabilidade civil geral	46 193	3%	54 311	4%	16 087	4 226	62 280	4%	58 537	4%
Crédito e caução	16 192	1%	10 777	1%	1 348	1 786	17 540	1%	12 563	1%
Total II	**1 282 682**	84%	**1 302 213**	86%	**118 908**	**(21 069)**	**1 401 590**	85%	**1 281 144**	85%
Total I + II	**1 533 156**	**100%**	**1 507 145**	**100%**	**112 446**	**(337)**	**1 645 602**	**100%**	**1 506 808**	**100%**

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método "pro rata temporis" a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração.

Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2025 e 2024:

RESSEGURO CEDIDO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos	**2 025**	**%**	**2 024**	**%**	**2 025**	**2 024**	**2 025**	**%**	**2 024**	**%**
Vida	70 646	15%	40 008	8%	28	(2 999)	70 674	13%	37 009	8%
Total I	**70 646**	15%	**40 008**	8%	**28**	**(2 999)**	**70 674**	13%	**37 009**	8%
Não Vida										
Acidentes e doença	55 550	12%	57 974	12%	(275)	4 723	55 274	10%	62 697	13%
Incêndio e outros danos	136 909	29%	175 527	35%	58 920	(9 372)	195 829	35%	166 155	35%
Automóvel	13 325	3%	18 681	4%	-	-	13 325	2%	18 681	4%
Maritimo, aéreo e transportes	153 333	32%	152 947	31%	9 868	(18 794)	163 202	29%	134 153	28%
Responsabilidade civil geral	33 379	7%	43 789	9%	8 795	4 741	42 175	8%	48 530	10%
Crédito e caução	12 380	3%	6 973	1%	744	823	13 125	2%	7 796	2%
Total II	**404 877**	85%	**455 892**	92%	**78 052**	**(17 879)**	**482 929**	87%	**438 013**	92%
Total I + II	**475 523**	**100%**	**495 900**	**100%**	**78 081**	**(20 878)**	**553 603**	**100%**	**475 022**	**100%**

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método "pro rata temporis", considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido.

Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos líquidos de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos líquida de resseguro cedido e dos prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido, em 2025 e 2024. A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reasseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 40% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, a Francesa SCOR e a Ivoiriense Cica Re. De realçar ainda o apoio da Europ Assistance (Francesa) no âmbito dos seguros de assistência em viagem.

LIQUIDO DE RESSEGURO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos	2 025	%	2 024	%	2 025	2 024	2 025	%	2 024	%
Vida	179 828	17%	164 924	16%	(6 490)	23 731	173 338	16%	188 656	18%
Total I	**179 828**	17%	**164 924**	16%	**(6 490)**	**23 731**	**173 338**	16%	**188 656**	18%
Não Vida										
Acidentes e doença	285 680	27%	279 338	28%	5 794	(6 153)	291 474	27%	273 185	26%
Incêndio e outros danos	60 114	6%	58 179	6%	19 105	(6 139)	79 220	7%	52 041	5%
Automóvel	474 743	45%	457 300	45%	17 707	3 730	492 451	45%	461 030	45%
Maritimo, aéreo e transportes	40 642	4%	37 178	4%	(9 646)	4 924	30 996	3%	42 102	4%
Responsabilidade civil geral	12 814	1%	10 521	1%	7 292	(515)	20 106	2%	10 007	1%
Crédito e caução	3 812	0%	3 804	0%	604	963	4 415	0%	4 767	0%
Total II	**877 805**	83%	**846 321**	84%	**40 855**	**(3 190)**	**918 660**	84%	**843 131**	82%
Total I + II	**1 057 633**	**100%**	**1 011 245**	**100%**	**34 366**	**20 542**	**1 091 999**	**100%**	**1 031 786**	**100%**

6 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2025:

CUSTOS COM SINISTROS SEGURO DIRECTO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	39 162	1 617	9 023	49 802
Total I	**39 162**	**1 617**	**9 023**	**49 802**
Não Vida				
Acidentes e doença	13 056	795	8 346	22 197
Incêndio e outros danos	66 105	5 710	87 549	159 365
Automóvel	239 061	10 868	53 367	303 296
Maritimo, aéreo e transportes	3 493	933	21 613	26 038
Responsabilidade civil geral	13 703	1 635	30 290	45 628
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**335 418**	**19 941**	**201 165**	**556 525**
Total I + II	**374 580**	**21 558**	**210 189**	**606 327**

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2024:

CUSTOS COM SINISTROS SEGURO DIRECTO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	76 698	1 283	1 626	79 608
Total I	**76 698**	**1 283**	**1 626**	**79 608**
Não Vida				
Acidentes e doença	35 951	2 478	14 368	52 796
Incêndio e outros danos	10 592	-360	-17 903	-7 671
Automóvel	232 670	12 850	28 241	273 761
Maritimo, aéreo e transportes	5 092	592	6 937	12 622
Responsabilidade civil geral	4 206	267	1 223	5 697
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**288 511**	**15 828**	**32 866**	**337 205**
Total I + II	**365 209**	**17 111**	**34 492**	**416 812**

Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2025:

CUSTOS COM SINISTROS RESSEGURO CEDIDO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	2 338	0	16 575	18 913
Total I	**2 338**	**0**	**16 575**	**18 913**
Não Vida				
Acidentes e doença	5 985	0	-15 756	-9 771
Incêndio e outros danos	36 510	0	103 068	139 578
Automóvel	17 344	0	2 453	19 797
Maritimo, aéreo e transportes	2 227	0	77 549	79 776
Responsabilidade civil geral	13 341	0	24 031	37 372
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**75 407**	**0**	**191 344**	**266 751**
Total I + II	**77 745**	**0**	**207 919**	**285 664**

Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2024:

CUSTOS COM SINISTROS RESSEGURO CEDIDO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	1 170	0	1 321	2 491
Total I	**1 170**	**0**	**1 321**	**2 491**
Não Vida				
Acidentes e doença	21 530	0	19 476	41 006
Incêndio e outros danos	6 360	0	-22 954	-16 594
Automóvel	22 158	0	-12 517	9 641
Maritimo, aéreo e transportes	4 907	0	-9 937	-5 030
Responsabilidade civil geral	3 529	0	3 284	6 813
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**58 484**	**0**	**-22 648**	**35 836**
Total I + II	**59 654**	**0**	**-21 327**	**38 327**

Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2025:

CUSTOS COM SINISTROS LIQUIDOS DE RESSEGURO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	36 824	1 617	-7 552	30 889
Total I	**36 824**	**1 617**	**-7 552**	**30 889**
Não Vida				
Acidentes e doença	7 071	795	24 102	31 969
Incêndio e outros danos	29 595	5 710	-15 518	19 787
Automóvel	221 717	10 868	50 915	283 500
Maritimo, aéreo e transportes	1 266	933	-55 937	-53 737
Responsabilidade civil geral	362	1 635	6 259	8 256
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**260 012**	**19 941**	**9 821**	**289 774**
Total I + II	**296 835**	**21 558**	**2 269**	**320 663**

Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2024:

CUSTOS COM SINISTROS LIQUIDOS DE RESSEGURO Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos Prestações 1	 Custos de gestão imputados 2	Variação da Provisão Sinistros 3	Custos com sinistros (1) + (2) + (3)
Vida	75 528	1 283	305	77 116
Total I	**75 528**	**1 283**	**305**	**77 116**
Não Vida				
Acidentes e doença	14 420	2 478	-5 108	11 790
Incêndio e outros danos	4 232	-360	5 051	8 923
Automóvel	210 512	12 850	40 758	264 120
Maritimo, aéreo e transportes	185	592	16 874	17 651
Responsabilidade civil geral	677	267	-2 061	-1 116
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**230 026**	**15 828**	**55 514**	**301 369**
Total I + II	**305 555**	**17 111**	**55 819**	**378 485**

7 – Outras provisões técnicas, líquidos de resseguro

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 o apuramento da rubrica outras provisões técnicas, líquida de resseguro foi nulo.

8 – Provisão matemática do ramo vida, líquidos de resseguro

A rúbrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 24.2.

9 – Participação nos resultados, líquido de resseguro

A rubrica participação nos resultados, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida com participação nos resultados. Ver Nota 24.4.

10 – Custos e gastos de exploração líquidos e comissões e participações nos resultados

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

Custos e gastos de exploração liquídos	2 025	2 024
Custos de aquisição	15 151	16 637
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	125 921	102 393
Custos de aquisição diferidos	6 003	-1 252
Custos Administrativos	5 933	6 462
Custos Administrativos imputados (Nota 11)	136 951	108 054
Comissões e participações nos resultados de resseguro	-93 246	-86 357
Total	**196 713**	**145 936**

CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO	2 025			2 024		
Ramo / Grupo Ramos	**Directo**	**Resseguro**	**Liquido**	**Directo**	**Resseguro**	**Liquido**
Vida	22 808	35 028	-12 220	18 213	21 248	-3 034
Total I	**22 808**	**35 028**	**-12 220**	**18 213**	**21 248**	**-3 034**
Acidentes e doença	67 375	10 868	56 507	53 466	9 981	43 485
Incêndio e outros danos	50 474	25 229	25 245	41 767	31 203	10 565
Automóvel	98 744	0	98 744	78 017	0	78 017
Maritimo, aéreo e transportes	36 535	14 435	22 100	29 014	16 537	12 477
Responsabilidade civil geral	10 938	5 397	5 541	10 022	5 851	4 171
Crédito e caução	3 086	2 289	796	1 793	1 538	256
Total II	**267 152**	**58 218**	**208 933**	**214 080**	**65 109**	**148 970**
Total I + II	**289 959**	**93 246**	**196 713**	**232 293**	**86 357**	**145 936**

11 – Custos por natureza imputados

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

• Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;

• Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;

• Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;

• Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;

- % de colaboradores afectos a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, é a seguinte:

2 025	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	13 639	63%	71 602	57%	85 241	62%	0	0%	170 481	58%
Fornecimentos e serviços externos	7 100	33%	37 275	30%	44 375	32%	0	0%	88 749	30%
Impostos	0	0%	12 742	10%	2 214	2%	0	0%	14 956	5%
Amortizações	819	4%	4 302	3%	5 122	4%	8 822	100%	19 066	7%
Total	**21 558**	**100%**	**125 921**	**100%**	**136 951**	**100%**	**8 822**	**100%**	**293 252**	**100%**

2 024	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	11 058	65%	58 055	57%	69 114	64%	0	0%	138 227	58%
Fornecimentos e serviços externos	5 362	31%	28 148	27%	33 510	31%	0	0%	67 020	28%
Impostos	0	0%	12 559	12%	1 108	1%	0	0%	13 667	6%
Amortizações	692	4%	3 631	4%	4 322	4%	8 908	100%	17 553	7%
Total	**17 111**	**100%**	**102 393**	**100%**	**108 054**	**100%**	**8 908**	**100%**	**236 466**	**100%**

11.1 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Fornecimentos e Serviços Externos	2 025	2 024
Electricidade	4 943	6 236
Combustíveis	2 152	2 035
Água	735	499
Impressos	618	1 257
Material de Escritório	1 959	2 281
Rendas e Alugueres	290	120
Despesas de Representação	10	32
Comunicação	4 372	3 731
Seguros	1 970	2 169
Deslocações e Estadas	5 206	3 680
Honorários	455	381
Conservação e Reparação	8 780	7 009
Publicidade e Propaganda	20 354	7 972
Vigilancia e Segurança	8 704	7 996
Trabalhos Especializados	16 534	13 280
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	11 667	8 353
Total	**88 749**	**67 031**

A variação ocorrida nesta rubrica está ligada maioritariamente as rubricas Deslocações, Conservação e Reparação, Trabalhos Especializados, Publicidade e Propaganda, onde inclui campanhas publicitárias, rebranding da marca contratos com as Mídias no âmbito da política comercial definida pela Companhia.

Os serviços especializados no montante de 16.534 milhares de escudos respeitam, maioritariamente, a serviços prestados pelo auditor externo, respetivos honorários e despesas de deslocação, estadia e alimentação de 6.752 milhares de escudos (2024: 6.757 milhares de escudos), à assistência técnica de serviços informáticos no montante de 6.598 milhares de escudos (2024: 6.219 milhares de escudos).

11.2 - Gastos com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Custos com o Pessoal	2 025	2 024	Variação do ano	
Remunerações - orgãos sociais	36 652	30 493	6 159	20%
Remunerações - pessoal	105 496	85 502	19 994	23%
Encargos sobre remunerações - orgãos sociais	2 335	1 591	744	47%
Encargos sobre remunerações - pessoal	16 354	13 379	2 975	22%
Seguros	5 945	4 639	1 306	28%
Custos de acção social	992	1 039	(47)	-4%
Formação	2 679	1 300	1 379	106%
Outros	29	285	(256)	-90%
Total	**170 481**	**138 227**	**32 254**	**23%**

O aumento registado na rubrica Remunerações dos Órgãos Sociais deve-se à integração de dois novos membros no Conselho de Administração, que passou de cinco para sete elementos.

A variação da rubrica Remunerações Pessoal resulta essencialmente ao reajuste salarial de +23% aplicado à massa salarial em março de 2025, com efeitos retroativos a janeiro do mesmo ano.

Os “Encargos sobre remunerações” correspondem aos custos associados à Previdência Social, calculados à taxa de 16% aplicada sobre ordenados, salários, horas extraordinárias, subsídios e outras remunerações de carácter permanente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os colaboradores tiveram a seguinte alocação:

Alocação dos Trabalhadores	2025	2024
Direcção	5	5
Quadros técnicos	25	23
Quadros administrativos	41	38
Outros	5	5
	76	**71**

11.2.1 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego com os seus colaboradores.

12 – Rendimentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RENDIMENTOS	2 025	2 024
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo vida		
Acções	5 665	15 417
Obrigações	25 334	25 231
Outros depósitos	-	-
Edifícios de Rendimento	660	330
	31 659	**40 978**
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo não vida		
Seguro de Acidentes de Trabalho		
Obrigações	31 389	17 025
Outros depósitos	-	-
	31 389	**17 025**
Seguro Automóvel		
Edifícios de Rendimento	2 264	2 400
Acções	87 930	87 068
Obrigações	4 457	-
	94 651	**89 468**
Outros Seguros		
Edifícios de Rendimento	3 261	3 208
Obrigações	-	-
Outros depósitos	7 500	6 241
	10 761	**9 449**
De investimentos não afectos		
Obrigações	330	210
Edifícios	2 646	2 646
	2 976	**2 856**
Total	**171 436**	**159 776**

Na rubrica "Obrigações" no decurso do ano 2025, a companhia auferiu juros no valor de mCVE 61.509 representativos de 36% do total dos rendimentos obtidos na carteira de investimentos, contra mCVE 42.466 28% no ano transato.

Por outro lado, nas aplicações em Depósitos a Prazo os juros auferidos em 2025 no valor de mCVE 7.500 representativos de 4% do total dos rendimentos obtidos na carteira de investimentos, contra mCVE 6.241, 4% no ano transato

A rubrica acções corresponde ao reconhecimento dos dividendos recebidos de emitentes nacionais e sobretudo dos dividendos auferidos do BCN.

Durante o exercício 2025 a Companhia registou rendimentos nos Edifícios no valor global de mCVE 8.832 representativos de 5% do total dos rendimentos obtidos nos investimentos, contra mCVE 8.584 6% no ano transato.

13 – Gastos financeiros

A rubrica Gastos financeiros, nos exercícios de 2025 e 2024 inclui apenas gastos diversos imputados à função investimentos.

14 – Outras provisões (variação)

Nos exercícios de 2025 e 2024 os montantes registados na rúbrica outras provisões (variação) são resultantes da variação do ajustamento para recibos por cobrar, conforme nota 25.

15 – Outros Rendimentos e Gastos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Unid: mCVE

	2 025	2 024
Donativos	2 336	0
Mecenato	9 154	8 148
Gastos e perdas financeiras	5 454	1 016
Outros	(4 650)	(308)
Mais/menos valias alienação imobilizado	(1 314)	(1 793)
Total	**10 980**	**7 064**

A rubrica donativos corresponde aos apoios concedidos a instituições e organizações de solidariedade que prestaram assistência às vítimas da tempestade Erin, ocorrida em 11 de agosto de 2025, na ilha de São Vicente.

A rubrica Mecenato engloba patrocínios de carácter filantrópico que apoiam o desenvolvimento de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva e educacional. Estes apoios beneficiam de incentivos fiscais, traduzidos na redução de impostos para as entidades que contribuem.

As Mais/menos valias correspondem a ganhos obtidos na alienação de bens do imobilizado.

16 – Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rúbrica apresenta-se como segue:

	2 025	2 024
Caixa	1 330	534
Depósitos em instituições de crédito	234 758	146 984
Total	**236 088**	**147 518**

17 – Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O detalhe dos investimentos em subsidiárias em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 é apresentado como segue:

Unid: CVE

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Valor em 31-12-2025
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Equivalência patrimonial	4 000	50,00%	45 501 003
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	4 789 200 325
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Custo	100 000	100,00%	2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias				**4 842 201 328**

Unid: CVE

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Valor em 31-12-2024
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Equivalência patrimonial	4 000	50,00%	39 613 843
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	4 255 154 214
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Custo	100 000	100,00%	2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias				**4 302 268 057**

A participação direta da IMPAR no BCN ficou concluída em 2019, tendo sido atualizada de acordo com o valor dos Capitais Próprios do BCN a 31 de dezembro de 2025. O BCN procedeu à distribuição de dividendos no valor global de mCVE 100.000, cabendo à IMPAR o montante de mCVE 86.760, à semelhança do ano transato.

A movimentação da valorização dos investimentos em subsidiárias nos exercícios de 2025 e 2024 é apresentada como segue:

Unid CVE

Descrição	31/12/2024	Dividendos	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados transitados	31/12/2025
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	39 613 843		5 887 160		45 501 003
GRUPO IMPAR	5 000 000				5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	4 255 154 214	-86 760 000	526 673 922	94 132 189	4 789 200 325
SEPI - Soc.Estudos e Promoção de Invest., S.A.	2 500 000				2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias	**4 302 268 057**	**-86 760 000**	**532 561 082**	**94 132 189**	**4 842 201 328**

Descrição	31/12/2023	Dividendos	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados transitados	31/12/2024
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	34 160 118		5 402 874	50 851	39 613 843
GRUPO IMPAR	5 000 000				5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	3 713 982 644	-86 760 000	616 968 154	10 963 416	4 255 154 214
SEPI - Soc.Estudos e Promoção de Invest., S.A.	2 500 000				2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias	**3 755 642 762**	**-86 760 000**	**622 371 028**	**11 014 267**	**4 302 268 057**

A rúbrica Ganhos e perdas em associadas e empreendimentos conjuntos foi contabilizada, no exercício de 2025, pelo método da equivalência patrimonial, refletindo o aumento na parte proporcional do resultado positivo apurado pelo BCN e pela IMOPAR.

A SEPI – Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A. não desenvolveu qualquer atividade após a alienação das ações que detinha no BCN.

A IMOPAR – Imobiliária e Participações, S.a.r.l., detida maioritariamente pela IMPAR, foi constituída em 2009, e iniciou a sua atividade em 2019. A empresa atua no setor imobiliário, com foco na avaliação de imóveis, fiscalização de obras e na participação noutras sociedades.

O Grupo ÍMPAR constitui uma entidade ainda sem atividade operacional.

Nas tabelas abaixo, apresenta-se a informação financeira mais atualizada do BCN e da IMOPAR, conforme se segue:

Unid mCVE

	31-12-2025		31-12-2024	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	5 520 336	620 239	5 012 268	718 522

Relativamente ao BCN, trata-se de dados provisórios, de acordo com a informação disponível à data.

Unid mCVE

	31-12-2024		31-12-2023	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	91 002	11 774	79 228	10 806

18 – Activos Disponíveis Para Venda

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Unid: CVE

Descrição	Valorização	QTD	P.U Aquis.	Valor em 31Dez2025	Valor em 31Dez2024
ENACOL, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	1 500	14 950	22 425 000	15 000 000
CVTELECOM, S.a.r.l.	Custo	1 500	4 800	7 200 000	7 200 000
SITA - Sociedade -industrial de Tintas, SA	Custo	23 822	2 162	51 513 643	51 513 643
Total Ativos disponíveis para venda				**81 138 643**	**73 713 643**

19 – Empréstimos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica apresenta um investimento de 250.000 mCVE em Depósitos a Prazo, remunerados a uma taxa de juros de 3% anual.

20 – Investimentos a deter até à maturidade

As Obrigações detalham-se como se segue:

Unid: CVE

Descrição	Saldo 31Dez25	Qtd	Tx Juro	Maturidade
Obrigações TACV	23 077 005	23 077	5,5%	out-31
Obrigações Maseyka	496 297 438	496 297	6,0%	jun-39
Obrigações Tesouro	500 000 000	500 000	2,875%	out-30
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,0%	dez-26
Obrigações Tesouro	300 000 000	300 000	2,953%	abr-26
Obrigações Tesouro	350 000 000	350 000	2,750%	jul-26
Total	**1 739 374 443**			

Descrição	Saldo 31Dez24	Qtd	Tx Juro	Maturidade
Obrigações TACV	26 923 155	26 923	5,5%	out-31
Obrigações Maseyka	503 943 488	503 943	6,0%	jun-39
Obrigações Tesouro	500 000 000	500 000	2,875%	out-30
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,0%	dez-25
Obrigações Tesouro	300 000 000	300 000	2,953%	abr-25
Total	**1 400 866 643**			

21 – Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2025 e 2024, as rúbricas Terrenos e Edifícios da Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Unid mCVE

Descrição	2025							
	Saldos em 31.12.2024		Alterações	Desrreconhecimento	Amortizações	Saldos em 31.12.2025		
	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	justo valor	Amortizações	do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios:								
De Uso Próprio	244 716	99 234	-	-	8 626	244 716	107 860	136 856
De Rendimento	511 100	-	36 300		-	547 400	-	547 400
Total	755 816	99 234	36 300	-	8 626	792 116	107 860	684 256

Descrição	2024								
	Saldos em 31.12.2023						Saldos em 31.12.2024		
	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Alterações justo valor	Desrreconhecimento Amortizações	Amortizações do exercício	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios:									
De Uso Próprio	227 216	108 036	-	17 428	8 626	17 500	244 716	99 234	145 482
De Rendimento	415 814	-	112 786		-	- 17 500	511 100	-	511 100
Total	643 030	108 036	112 786	17 428	8 626	-	755 816	99 234	656 582

Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Às datas de 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, os terrenos e edifícios de serviço próprio, detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Unid mCVE

	2025			2024		
Localização	**Valor Bruto**	**Amortizações Acumuladas**	**Valor Líquido**	**Valor Bruto**	**Amortizações Acumuladas**	**Valor Líquido**
Escritório da Assomada - Stª Catarina	10 621	6 373	4 248	10 621	5 948	4 673
Fracção C do Armazém em Achada Grande Frente (Ex-OMT) - Praia	17 500	1 400	16 100	17 500	700	16 800
Apartamento na Achada Stº António - Edificio Europa	7 750	4 650	3 100	7 750	4 340	3 410
Escritório na Achada Stº António - Praia	23 773	10 968	12 805	23 773	10 018	13 755
Edifício do Escritório Sede Administrativa - Praia	106 175	53 356	52 819	106 175	49 109	57 066
Edifício Sede Social - Mindelo	49 831	31 113	18 718	49 831	29 119	20 712
Terreno Sede Administrativa - Praia	9 047	-	9 047	9 047	-	9 047
Terreno Sede Social - Mindelo	18 830	-	18 830	18 830	-	18 830
Terreno do Porto Novo - Stº Antão	1 189	-	1 189	1 189	-	1 189
Total	**244 716**	**107 860**	**136 856**	**244 716**	**99 234**	**145 482**

Os terrenos e edifícios de uso próprio estão registados ao custo de aquisição. Os edifícios são amortizados ao longo da sua vida útil estimada, enquanto os terrenos, por natureza, não são objeto de amortização.

Terrenos e Edifícios de Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam a seguinte composição:

Unid mCVE

Localização	Ano da última avaliação	Custo de aquisição	Valor de Balanço 2025 Justo Valor	Valor de Balanço 2024 Justo Valor
Fracção A do Armazém em Achada Grande Frente (Ex-OMT) - Praia	2025	40 000	37 500	37 500
Edifício em Alto Morabeza (Ex-Confecções Porto Grande) - Mindelo	2025	82 614	221 000	220 000
Edifício da Farmácia Africana - Praia	2025	23 000	26 250	26 300
Armazém em Achada Grande Frente (Ex-COMAT) - Praia	2025	25 977	27 900	28 000
Apartamento em Terra Branca - Praia	2025	3 634	3 850	3 900
Apartamento em Monte Sossego - Mindelo	2025	6 693	8 200	8 000
Escritório nos Espargos - Sal	2025	24 585	78 000	43 700
Edificio em Stª Maria - Sal	2025	8 421	14 000	13 500
Edificio Lazareto	2025	42 711	49 500	49 000
Terreno do Edificio Espargos - Sal	2025	8 000	9 100	9 100
Terreno nos Espargos - Sal	2025	587	6 000	6 000
Terreno na Boavista	2025	770	3 000	3 000
Terreno em Palha Sé - Praia	2025	58 176	63 100	63 100
Total		**325 168**	**547 400**	**511 100**

Os imóveis de rendimento estão valorizados ao justo valor, o qual é apurado com base em avaliações efetuadas por técnicos independentes e externos, especializados na avaliação imobiliária, em conformidade com as práticas do mercado.

22 – Outros Activos Tangíveis, Inventários e Outros Elementos do Activo

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os Outros Activos Tangíveis apresenta-se como segue:

	2025	2024
Imobilizado tangível		
Valor bruto	191 419	180 956
Depreciação acumulada	-160 325	-150 081
Ativos tangíveis em curso	13 022	2 066
	44 117	**32 940**

Os movimentos registados nos activos fixos tangíveis e nas correspondentes depreciações, durante o exercício de 2025 foram os seguintes:

Activos Fixos Tangíveis	Adições 2024	2024	Adições	Alienações/ Abates/ Anulações	2025
Equipamento Administrativo	1 327	47 506	4 964	-	52 471
Máquinas e Ferramentas	-	9 345	-	-	9 345
Equipamento Informático	3 873	48 405	6 484	1 244	53 645
Instalações Interiores	-	4 018	226	-	4 244
Material de Transporte	23 393	66 774	-	-	66 774
Outro Equipamento	181	4 366	92	58	4 400
Património Artistico	-	541	-	-	541
Sub-total 1	**28 773**	**180 956**	**11 766**	**1 303**	**191 419**

Amortizações Acumuladas	Depreciações/ Amortizações 2024	2024	Depreciações/ Amortizações	Alienações/ Abates/ Anulações	2025
Equipamento Administrativo	1 002	43 702	1 593	-	45 295
Máquinas e Ferramentas	262	8 298	262	-	8 560
Equipamento Informático	2 482	44 735	3 814	-	48 548
Instalaçoes Interiores	-	4 018	28	-	4 047
Material de Transporte	4 743	44 821	4 386	-	49 206
Património Artístico	-	541	-	-	541
Outro Equipamento	157	3 966	161	-	4 127
Sub-total 2	**8 644**	**150 081**	**10 244**	**-**	**160 325**
Total	**20 129**	**30 875**	**1 522**	**1 303**	**31 094**

Activos Tangíveis em Curso	Adições 2024	2024	Adições	Alienações/ Abates	2025
Imobilizações Corpóreas	-	-	1 217	-	1 217
Total	**-**	**-**	**1 217**	**-**	**1 217**

Obras em Curso	Adições	2024	Adições	Alienações/ Abates	2025
Edificio Lazareto	-	**2 066**	946	**-**	3 012
Edifício Espargos - Sal	-	**-**	8 567	481	8 087
Apartamento Monte Sossego	-	**-**	707	**-**	707
Total	**-**	**2 066**	**10 220**	**481**	**11 805**

Outros Elementos do Activo	Adições	2024	Adições	Alienações/ Abates	2025
Investimentos Financeiros em Curso:					
Projecto Emprofac	-	2 140	-	-	2 140
Total	**-**	**2 140**	**-**	**-**	**2 140**

Os movimentos registados nos activos fixos tangíveis e nas correspondentes depreciações, durante o exercício de 2024 foram os seguintes:

Activos Fixos Tangíveis	2023	Adições	Alienações/ Abates/ Anulações	2024
Equipamento Administrativo	46 179	1 327	-	47 506
Máquinas e Ferramentas	9 345	-	-	9 345
Equipamento Informático	44 533	3 873	-	48 405
Instalações Interiores	4 018	-	-	4 018
Material de Transporte	50 881	23 393	7 500	66 774
Outro Equipamento	4 186	181	-	4 366
Património Artistico	541	-	-	541
		-	-	
Sub-total 1	**159 683**	**28 773**	**7 500**	**180 956**

Amortizações Acumuladas	2023	Depreciações/ Amortizações	Alienações/ Abates/ Anulações	2024
Equipamento Administrativo	42 701	1 002	-	43 702
Máquinas e Ferramentas	8 036	262	-	8 298
Equipamento Informático	42 253	2 482	-	44 735
Instalaçoes Interiores	4 018	-	-	4 018
Material de Transporte	47 578	4 743	7 500	44 821
Património Artístico	541	-	-	541
Outro Equipamento	3 809	157	-	3 966
Sub-total 2	**148 937**	**8 644**	**7 500**	**150 081**
Total	**10 746**	**20 129**	-	**30 875**

Activos Tangíveis em Curso	2023	Adições	Alienações/ Abates	2024
Imobilizações Corpóreas		-		-
Total	-	-	-	-

Obras em Curso	2023	Adições	Alienações/ Abates	2024
Edificio Lazareto	**2 066**	-	-	2 066
Total	**2 066**	-	-	**2 066**

Outros Elementos do Activo	2023	Adições	Alienações/ Abates	2024
Investimentos Financeiros em Curso:				
Projecto Emprofac	2 140	-		2 140
Total	**2 140**	-	-	**2 140**

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as adições registadas na rubrica "ativos fixos tangíveis" referem-se essencialmente a (i) nos equipamentos administrativos, aquisição de mobiliários diversos destinados à remodelação de alguns escritórios, à abertura de novos espaços e ao apetrechamento de postos de trabalho para novos colaboradores; (ii) na rubrica equipamentos informáticos o aumento resulta da aquisição de equipamentos para a renovação do parque informático existente, bem como de novos equipamentos para integração de novos colaboradores.

O aumento das amortizações está relacionado com as aquisições de mobiliário, com a atualização do parque informático e com a renovação parcial da frota de viaturas de serviço realizada em 2024.

Relativamente às Obras em Curso, estas referem-se ao projeto de arquitetura para a remodelação do edifício situado em Lazareto, Mindelo, bem como à remodelação do escritório localizado nos Espargos, na ilha do Sal.

23 – Outros Activos Intangíveis

	2025	2024
Imobilizado intangível		
Valor bruto	19 536	19 536
Depreciação acumulada	-19 388	-19 192
	148	**345**

Encontram-se registados nesta rúbrica as despesas de desenvolvimento e as aquisições de aplicações informáticas relacionadas com o software utilizado pela Companhia.

Em 31 dezembro de 2025, esta rubrica tem um valor bruto de 19.536, encontrando-se praticamente, totalmente amortizada.

24 – Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro Cedido

As provisões técnicas de seguro direto, líquidas de resseguro cedido têm a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Ramo / Grupo Ramos	2 025			2 024		
	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
Provisão prémios não adquiridos	335 650	147 362	188 288	442 094	225 443	216 651
Provisão para sinistros	1 582 123	556 138	1 025 985	1 371 619	348 219	1 023 401
Provisão matemática Vida	832 114	0	832 114	683 918	0	683 918
Provisão Participação Resultados	7 175	0	7 175	6 026	0	6 026
Total	**2 757 061**	**703 500**	**2 053 561**	**2 503 658**	**573 661**	**1 929 996**

24.1 – Provisão para Prémios não Adquiridos, Líquida de Resseguro Cedido

A tabela abaixo reflete a composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2 025						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Liquida
Ramos / Grupo ramos	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	33 044	2 384	30 659	19 816	3 962	15 854	14 805
Acidentes e doença	28 236	2 922	25 314	9 115	2 061	7 054	18 260
Incêndio e outros danos	77 935	8 976	68 959	57 497	18 476	39 021	29 938
Automóvel	121 589	12 220	109 369	0	0	0	109 369
Maritimo, aéreo e transportes	91 988	8 466	83 522	76 882	3 274	73 608	9 915
Responsabilidade civil geral	13 341	1 404	11 937	11 268	3 099	8 170	3 767
Crédito e caução	6 484	595	5 889	5 042	1 386	3 655	2 234
Total	**372 617**	**36 967**	**335 650**	**179 621**	**32 259**	**147 362**	**188 288**

	2 024						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Liquida
Ramos / Grupo ramos	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	26 582	2 268	24 315	19 369	3 486	15 882	8 433
Acidentes e doença	33 754	2 845	30 909	8 028	1 249	6 779	24 130
Incêndio e outros danos	155 961	16 080	139 881	119 438	21 497	97 941	41 940
Automóvel	139 297	11 399	127 898	0	0	0	127 898
Maritimo, aéreo e transportes	92 210	6 955	85 255	87 133	3 657	83 476	1 780
Responsabilidade civil geral	29 428	2 843	26 584	20 689	3 724	16 965	9 619
Crédito e caução	7 832	580	7 252	5 365	966	4 400	2 852
Total	**485 064**	**42 970**	**442 094**	**260 022**	**34 579**	**225 443**	**216 651**

CAD = custos de aquisição diferidos

24.2 – Provisão para Seguros e Operações do Ramo Vida

A composição desta rubrica é a seguinte:

	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
Provisões ramo Vida	2 025	2 024	2 025	2 024
Provisão matematica	832 114	683 918	148 195	100 008

24.3 – Provisão para Sinistros, Líquida de Resseguro

A rubrica apresenta a seguinte desagregação no que respeita ao seguro directo:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2 025	2 024	2 025	2 024
Vida	37 009	27 986	9 023	1 626
Total I	**37 009**	**27 986**	**9 023**	**1 626**
Acidentes e Doença	141 350	132 927	8 370	13 372
Incêndio e outros danos	124 352	37 047	87 925	-15 330
Automóvel	894 003	840 459	52 667	27 624
Maritimo, aéreo e transportes	292 571	270 723	21 751	6 079
Responsabilidade civil geral	86 565	56 210	30 452	1 122
Crédito e caução	6 273	6 267	0	0
Total II	**1 545 113**	**1 343 633**	**201 165**	**32 866**
Total I + II	**1 582 123**	**1 371 619**	**210 189**	**34 492**

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de mCVE 14.072 (2024: mCVE 14.926) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR), assim como uma provisão para gestão de sinistros no montante de mCVE 7.914 (2024: mCVE 8.248).

Desagregação da provisão para sinistros de resseguro cedido:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2 025	2 024	2 025	2 024
Vida	33 993	17 418	16 575	1 321
Total I	**33 993**	**17 418**	**16 575**	**1 321**
Acidentes e Doença	54 306	70 062	-15 756	19 476
Incêndio e outros danos	130 044	26 976	103 068	-22 954
Automóvel	124 756	122 304	2 453	-12 517
Maritimo, aéreo e transportes	140 416	62 867	77 549	-9 937
Responsabilidade civil geral	72 623	48 593	24 031	3 284
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**522 145**	**330 801**	**191 344**	**-22 648**
Total I + II	**556 138**	**348 219**	**207 919**	**-21 327**

Desagregação da provisão para sinistros líquidos de resseguro:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2 025	2 024	2 025	2 024
Vida	3 016	10 568	-7 552	305
Total I	**3 016**	**10 568**	**-7 552**	**305**
Acidentes e Doença	87 044	62 865	24 127	-6 104
Incêndio e outros danos	-5 692	10 071	-15 143	7 624
Automóvel	769 246	718 156	50 214	40 141
Maritimo, aéreo e transportes	152 155	207 856	-55 798	16 016
Responsabilidade civil geral	13 942	7 618	6 422	-2 162
Crédito e caução	6 273	6 267	0	0
Total II	**1 022 968**	**1 012 833**	**9 821**	**55 514**
Total I + II	**1 025 985**	**1 023 401**	**2 269**	**55 819**

24.4 – Provisão para Participação nos Resultados

A composição desta rubrica é a seguinte:

	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
Provisões ramo Vida	2 025	2 024	2 025	2 024
Participação nos resultados	7 175	6 026	1 149	1 620

24.5 – Provisão para Riscos em Curso

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 o apuramento desta provisão foi nulo.

25 – Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2 025	2 024
Activo Bruto		
Recibos por cobrar	415 684	483 312
Resseguro	37 494	12 954
Tomadores de seguros	10 912	6 931
Reembolsos de sinistros	320	245
Outros	20 822	20 316
	485 233	**523 758**
Ajustamentos		
Recibos por cobrar	(196 443)	(187 034)
Créditos de cobrança duvidosa	(5 342)	(5 342)
	(201 785)	**(192 375)**
Activo Líquido	**283 448**	**331 383**

A variação na rubrica ajustamento recibos por cobrar é no valor de mCVE 9.409. Esta provisão é calculada de acordo com o Aviso nº2/2005 do BCV e a imparidade constituída deve ser suficiente para cobrir os recibos à cobrança no final de cada exercício, deduzidos dos recibos entretanto cobrados.

26 – Activos e Passivos por Impostos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica, apresenta a seguinte composição:

	2 025	2 024
Retenção de imposto na fonte	2 733	1 779
Imposto Sobre Rendimento	34 503	36 404
Débito	(72 067)	(1 497)
Crédito	106 570	37 901
Imposto de selo	16 087	19 845
Taxas para a Autoridade de Controlo	3 205	3 647
SORC	2 266	3 644
Contribuições para a segurança social	3 611	2 821
Outros	-	(86)
Passivos por Impostos Correntes	**62 406**	**68 053**
Passivos por Impostos Diferidos	**9 782**	**(48 399)**

A rubrica do imposto sobre o rendimento corresponde ao valor a pagar, após o apuramento do imposto final.

O montante de mCVE 2.733 na rubrica Retenção de Impostos na Fonte inclui essencialmente as retenções do IRPS relativo as remunerações do mês de dezembro do pessoal e dos prestadores de serviço.

O valor de mCVE 3.611 em dívida à Previdência Social corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de dezembro da responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores, pago em janeiro do ano subsequente.

A rubrica Imposto de Selo inclui o montante de mCVE 16.087 referente ao selo de apólice que incide sobre os prémios de seguro emitidos por cobrar ou já cobrados cujo imposto é pago no mês seguinte.

As Taxas para Autoridade de Controlo e Seguro Obrigatório Responsabilidade Civil Automóvel nos montantes de mCVE 3.205 e 2.266 dizem respeito respectivamente (i) a taxa 0.75% aplicada sobre os prémios dos ramos vida e não vida, líquidos de estornos e anulações, durante o último trimestre de 2025 (ii) receita para o FGA – Fundo de Garantia Automóvel e para SNPC – Serviço Nacional Proteção Civil, o montante entregue por cada segurado, resultante da aplicação da taxa de 2% e 1%, respectivamente, sobre os prémios simples do SORCA processados. Este montante é entregue ao FGA e ao SNPC no ano seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2025 a estimativa de impostos sobre os rendimentos é de mCVE 106.570, sendo que as entregas por conta no total de mCVE 68.895, calculadas com base nas coletas de 2023 e 2024 e das retenções efetuadas por terceiros no total de mCVE 3.171, foram inferiores a esta estimativa. Assim, a Companhia tem por pagar ao Tesouro Nacional o montante estimado de mCVE 34.503.

A Seguradora está sujeita a impostos sobre os lucros nos termos do regime fiscal estabelecido pelo Código de IRPC (Lei 82/VIII/2015 de 7 de janeiro). À data de 31 de dezembro de 2025 e 2024 a taxa de imposto aplicável é de 21%, acrescido de uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 21,44%.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Em 2025 e 2024, os montantes registados de impostos diferidos referem-se exclusivamente aos imóveis de rendimento. A variação verificada em 2025 resulta da atualização do justo valor destes imóveis.

O Imposto sobre o rendimento de Pessoas Coletivas pode ser analisada como segue:

	2025	2024
Resultado antes de imposto custo/ (proveito)	1 061 511	1 163 153
Encargo de imposto nominal		
- a 21%	222 917	244 262
- Derrama (0,2% s/colecta)	2 086	1 851
	225 003	246 113
Encargo de imposto efectivo - Impar Seguros		
Custo/(proveito) por Imposto Corrente	106 570	94 572
Custo/(proveito) por Imposto Diferido	58 181	(25 213)
	164 751	69 358
Taxa efectiva	15,52%	5,96%
Diferença por reconciliar	(60 252)	(176 755)
Reconciliação da diferença:		
Gastos não aceites (multas, depreciações)	241	241
Correcções a exercícios anteriores	21	-
Excesso de estimativa de IUR		
Dividendos	(19 655)	(1 044)
Beneficios fiscais	(1 005)	(650)
Equivalência Patrimonial	(93 618)	(130 698)
Justo valor	(9 182)	(23 716)
Menos Valias Fiscais	-	-
Outros	4 576	4 177
Reversão de Provisões	-	-
Tributação autónoma	190	149
Imposto diferido	58 181	(25 213)
	(60 252)	(176 755)

Determinação do excesso/insuficiência de imposto:

	2025
Estimativa de imposto 2024	94 572
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	1 497
Total de pagamentos por conta efectuados em 2024	56 671
Valor a recuperar / (pagar)	(36 404)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	(36 404)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	0

	2024
Estimativa de imposto 2023	76 908
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	1 745
Total de pagamentos por conta efectuados em 2023	44 440
Valor a recuperar / (pagar)	(30 723)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	(30 723)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	0

Nos termos da legislação fiscal em vigor, as declarações tributárias podem ser objeto de inspeção e retificação pelas autoridades fiscais no prazo de cinco anos, podendo tais procedimentos resultar, em virtude de diferentes interpretações da lei, em correções ao lucro tributável. Contudo, não é previsível que qualquer correção tenha efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

27 – Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica no Activo inclui a especialização dos rendimentos (juros) associados as obrigações.

O montante registado no Passivo corresponde, sobretudo, à estimativa do subsídio de férias e do prémio de produtividade a liquidar em 2026.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2 025	2 024
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	75 615	39 863
	75 615	**39 863**
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	16 745	12 682
Outros Acréscimos de Custos	6 606	12 471
	23 351	**25 153**

28 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado como se segue:

	2 025	2 024
Contas a pagar por operações de seguro directo	89 112	19 876
Resseguradores	114 493	160 752
Contas a pagar por outras operações	62 593	48 693
	266 197	**229 321**

29 – Outras provisões

	2 025	2 024
Outras Provisões	16 700	16 700

Do montante de outras provisões reconhecido em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, 16.700 contos referem-se a um litígio com a Administração Fiscal, correspondendo o valor provisionado à totalidade do valor reclamado.

30 – Capital

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é detido em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% pela ALIANÇA - Negócios e Gestão, Lda e o restante de 14,66% por diversos accionistas nacionais, estando representado por 400.000 acções com o valor nominal de 1.000 escudos cada, integralmente subscritas e realizadas.

A legislação comercial estabelece que, em relação as sociedades comerciais em geral, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos a quinta parte do seu capital social, reserva que não é distribuível, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. Já o Decreto lei 3/2010 de 17 de Maio (que regula o acesso e a atividade das instituições financeiras), prevê que um montante não inferior a 10% (dez por cento) dos lucros líquidos apurados em cada exercício pelas sociedades anónimas de seguros deve ser destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social. As Reservas Legais da IMPAR atingiram o limite mínimo previsto na referida legislação, pelo que não há necessidade de as constituir no presente exercício.

"É proibida a distribuição de lucros enquanto o valor mínimo da reserva legal referido acima não estiver preenchido ou reintegrado".

Quanto as restantes reservas não há condicionamentos, nem restrições à sua utilização e/ou distribuição.

Na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 29 de março de 2025, foi deliberado que, do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, no montante de mCVE 1.093.784, a quantia de mCVE 893.784 fosse destinada, em 2025, às reservas livres da Companhia, sendo os remanescentes mCVE 200.000 distribuídos aos acionistas a título de dividendos.

31 – Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

	2 025	2 024
Reservas		
. Reserva Legal	400 000	80 000
. Prémios de Emissão	7 513	7 513
. Reservas Livres	3 365 764	2 791 979
. Outras Reservas	72 222	72 222
	3 845 499	**2 951 714**
Reservas de Reavaliação		
Por Ajustamentos no Justo Valor:		
. De Activos Financeiros Disponiveis para Venda	15	15
. De Investimentos em Subsidiárias	0	17 428
	15	**17 443**
Resultados Transitados		
. Investimentos Financeiros	527 881	433 749
. Outros Investimentos	91 631	91 631
. De Revalorização de Terrenos e Edificios Uso Próprio	44 725	27 297
	664 236	**552 677**

32 – Resultado por acção

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o apuramento do resultado por acção foi determinado como segue:

Unid:CVE

	2 025	2 024
Resultado Líquido do Exercício	896 778 944	1 093 784 358
Nº Acções	400 000 000	400 000 000
Resultado por Acção	**2,242**	**2,734**

33 – Dividendo por acção

Os dividendos distribuídos nos exercícios 2025 e 2024, correspondentes aos resultados líquidos apurados em 2024 e 2023, respetivamente, tiveram o seguinte apuramento:

Unid:CVE

	2025	2024
Resultado Líquido atribuido	200 000 000	200 000 000
Nº Acções	400 000 000	400 000 000
Dividendos por Acção	**0,50**	**0,50**

34 – Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as empresas subsidiárias e associadas da Companhia, os Accionistas relevantes, bem como os membros dos Órgãos Sociais.

Relativamente aos Órgãos Sociais para além das remunerações reguladas pela Comissão de Remunerações, apenas se registam operações de seguro decorrentes da actividade seguradora normal e para os elementos que são em simultâneo accionistas o pagamento de dividendos.

No respeitante à subsidiária BCN a IMPAR desenvolve relações comerciais, nomeadamente o recebimento de prémios e pagamento de sinistros de operações de seguro directo, assim como pagamento de comissões em resultado dos negócios angariados pela subsidiária (bancassurance).

Estes acionistas são acionistas maioritários e representam 78% da Sociedade.

	2025						
	Accionistas					Participadas	
	Aliança - Negócios e Gestão Lda	ING - Investimentos e Gestão Lda.	Labesfal Farma Cabo Verde	Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes Lda	Conselho Adminstração	BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, S.A	IMOPAR - Imobiliária e Participaçõ es, S.A
Activo							
Contas a receber por outras operações			105		347	1 232	
Disponibilidades						222 151	
Depósitos a prazo						250 000	
Contas a receber por operações de seguro directo				123		4 825	
Total	**-**	**-**	**105**	**123**	**347**	**478 208**	**-**
Passivo							
Provisões matemáticas vida	(51 207)	(197 414)	(273 836)		(144 866)		(16 309)
Provisões para sinistros							
Total	**(51 207)**	**(197 414)**	**(273 836)**	**-**	**(144 866)**	**-**	**(16 309)**
Resultado							
Prémios brutos emitidos	14 000	40 000	40 000	3 760	27 509	51 524	713
Custos com sinistros	(10 037)			(19 467)	(1 401)	(6 977)	(1 500)
Outros resultados						783	
Total	**3 963**	**40 000**	**40 000**	**(15 707)**	**26 108**	**45 330**	**(787)**

	2024						
	Accionistas					Participadas	
	Aliança - Negócios e Gestão Lda	ING - Investimentos e Gestão Lda.	Labesfal Farma Cabo Verde	Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes Lda	Conselho Adminstração	BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, S.A	IMOPAR - Imobiliária e Participaçõ es, S.A
Activo							
Contas a receber por outras operações			52		204	3 932	
Disponibilidades						133 752	
Depósitos a prazo						250 000	
Contas a receber por operações de seguro directo			83	11	23		
Total	**-**	**-**	**135**	**11**	**227**	**387 684**	**-**
Passivo							
Provisões matemáticas vida	(45 237)	(150 428)	(223 962)		(121 324)		(15 693)
Provisões para sinistros							
	(45 237)	**(150 428)**	**(223 962)**	**-**	**(121 324)**	**-**	**(15 693)**
Resultado							
Prémios brutos emitidos	14 000	40 000	40 000	2 425	24 883	33 999	632
Custos com sinistros		(10 034)	(12 044)	(216)	(17 682)	(14 609)	(45)
Outros resultados						681	
Total	**14 000**	**29 966**	**27 956**	**2 209**	**7 201**	**20 071**	**587**

35 – Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites legalmente estabelecidos pelo BCV.

Os activos afectos e não afectos às carteiras que a Companhia explora são como se segue:

INVESTIMENTOS	2 025	%	2 024	%
Investimentos Afectos às Provisoes Técnicas do Ramo Vida				
Obrigações	870 000	86%	870 000	86%
Terrenos	63 100	6%	63 100	6%
Edifícios	22 200	2%	21 500	2%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	58 714	6%	58 714	6%
Outros Depósitos	-	0%	-	0%
	1 014 014	**13%**	**1 013 314**	**15%**
Investimentos Afectos às Provisoes Técnicas do Ramo Nao Vida				
Obrigações	869 374	14%	530 867	10%
Terrenos	19 336	0%	19 336	0%
Edifícios	339 319	5%	305 219	6%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	4 864 626	77%	4 317 268	80%
Outros Depósitos	250 000	4%	250 000	5%
	6 342 656	**82%**	**5 422 690**	**80%**
Investimentos não afectos				
Terrenos	27 830	8%	27 830	8%
Edifícios	320 331	92%	318 831	92%
Obrigações	6 000	2%	9 000	3%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	22 047	6%	22 047	6%
Perdas por imparidade acumuladas	(28 047)	-8%	(32 547)	-9%
	348 161	**5%**	**345 161**	**5%**
Total Investimentos	**7 704 830**	**100%**	**6 781 164**	**100%**

36 – Natureza e extensão das Rúbricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro e o risco de concentração. A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente. As políticas de investimento adoptadas pela IMPAR, devidamente formalizadas, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 2025 a política de investimento, foi da responsabilidade directa do Conselho de Administração, que definiu a política de risco para os investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio, essencialmente face ao dólar dos Estados Unidos da América (USD), relativa aos contratos com os resseguradores. A exposição a este risco é considerada residual, dado o reduzido montante de ativos denominados em moeda estrangeira. Consequentemente, a análise de sensibilidade realizada evidencia um impacto imaterial nos resultados da Companhia.

A IMPAR, nos poucos negócios celebrados em USD, mitigou o risco cambial nos seus negócios mediante a cobrança ao cliente do câmbio efectivo na data da transferência, ou seja, o risco cambial é totalmente transferido para o Cliente.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são reconhecidas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

Risco de acções

O risco de acções incide sobre toda a carteira de investimentos financeiros em acções.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia e as participações da Companhia em outras empresas.

Os Investimentos da Companhia no BCN geraram valorização com impacto positivo nos resultados no montante de mCVE 538.092 e na IMOPAR mCVE 5.887.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis de rendimento que são propriedade da Companhia representam 8% dos activos expostos a este risco. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Imóveis - Descida de 10% no valor dos imóveis de rendimento: teria o impacto de mCVE 54.740.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas Obrigações e Depósitos a Prazo, maioritariamente de taxa variável.

O cenário de descida de taxas é o único que poderá implicar perda de valor para a Companhia.

Risco de *spread*

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. Não existe na IMPAR qualquer exposição a derivados de crédito.

Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A Companhia pratica uma política de resseguro cedido com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes

Área de análise	Cenários	Impacto resultados antes impostos	
		2 025	2 024
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistos do exercício, líquidos de resseguro	-16 033	-18 924
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração líquidos de resseguro	-19 671	-14 594
Rendimentos	Redução de 1% nas taxas de remuneração dos depósitos e obrigações	-735	-487

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

	2025	2024
Financeiro: 62% Acções BCN, SEPI e SGPS	62%	63%
Construção: 11% Imóveis e participação na IMOPAR	11%	12%
Depósitos a Prazo 3%	3%	4%
Obrigações 22%	22%	20%
Outros 1,4%	1,4%	1,5%

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em Subsidiárias, Activos Financeiros disponíveis para venda, Obrigações, Depósitos a Prazo e Imóveis (Terrenos e Edifícios).

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. No âmbito da gestão de risco, são definidos procedimentos para mitigação deste risco, elaborando para tal a Companhia um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread. Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da sua evolução.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

• Má conduta profissional intencional (fraude interna);

• Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);

• Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;

• Clientes, produtos e práticas comerciais;

• Eventos externos que causem danos nos activos físicos;

• Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;

• Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na IMPAR face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

• Procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;

• Segurança no acesso às instalações;

• Segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;

• Política de gestão de recursos humanos;

• Programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;

• Formação dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;

• Plano de continuidade de negócio, que permita a recuperação das actividades e funções de negócio críticas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações. Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, destacamos as seguintes:

• Políticas de prevenção de fraude, recursos humanos, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;

• Procedimentos formais para monitorização do cumprimento dos diversos prazos legais a que a IMPAR se encontra sujeita.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

• Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;

• Falhas no processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes.

Neste sentido, das principais medidas que a Companhia implementou para fazer face ao risco reputacional, destacam-se:

• Existência de código de conduta implementado e divulgado;

• Existência de procedimentos no âmbito da gestão de reclamações;

Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

A estrutura organizativa que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas:

• Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções Operacionais, as quais assumem a função de áreas responsáveis;

• Um segundo nível representado pelo Gabinete de Controle Interno e a Auditoria Externa, ao qual cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos;

• Um terceiro nível representado pelo Conselho de Administração.

O Sistema de Controlo Interno na IMPAR encontra-se devidamente formalizado, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

• Processos e seus responsáveis e interlocutores dos processos;

• Principais actividades;

• Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição;

• Controlos e sua avaliação;

• Recomendações.

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	2 025	2 024
Rácio de Sinistralidade	39,5%	27,7%
Rácio de Despesa	18,9%	15,4%
Rácio Combinado	**58,5%**	**43,1%**
Rácio Financeiro	10,9%	10,0%
Rácio Operacional	**47,6%**	**33,1%**

Resseguradores

A Companhia dilui o risco contratado através de negócios de Resseguro Cedido com a seguinte composição:

Ramo / Grupo Ramos	Tip de Resseguro
Vida	Quota parte
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais e doença	SURPLUS
Incêndio e outros danos	Quota parte / SURPLUS
Riscos catastróficos	Excesso de perdas (XL)
Marítimo Cascos	Quota parte / SURPLUS
Mercadorias transportadas	Quota parte / SURPLUS
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Aviação	Facultativo
Responsabilidade civil geral	Quota parte
Crédito e caução	Quota parte

37 – Solvência

A IMPAR monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes em mCVE:

	2025	2024
Elementos constitutivos do fundo de garantia	5 734 159	4 743 051
Margem de solvência a constituir	357 468	558 415
Resultado na óptica dos prémios	297 827	488 668
Resultado na óptica dos sinistros	105 509	153 331
Fundo de garantia mínimo legal (Vida e Não Vida)	37 500	37 500
Excesso/insuficiência da margem de solvência	5 376 691	4 184 636
Taxa de cobertura da margem de solvência	1604%	849%

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os rácios de cobertura da Margem de Solvência correspondentes a 1604% e 849%, situam-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

38 – Compromissos

À data deste relatório, não existem quaisquer compromissos com impacto nas demonstrações financeiras anexas.

39 - Eventos subsequentes

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

40 – Outras informações

IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2025, para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2025:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2025:

a) **IAS 21** (alteração), 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade'. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e define como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Esta alteração é de aplicação retrospetiva sem a reexpressão do comparativo, devendo a transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão de moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda de funcional para moeda de apresentação).

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, e que a União Europeia já endossou:

a) **IFRS 9** (alteração) **e IFRS 7** (alteração), 'Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). As alterações efetuadas referem-se a: i) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; ii) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os cash flows contratuais corresponderem "apenas ao pagamento de principal e juros" ("SPPI"), tais como: 1) ativos financeiros cuja componente de juro corresponde à de um empréstimo básico (*cash flows* contingentes ou associados a metas ESG); 2) ativos com características "sem recurso; e 3) ativos financeiros contratualmente associados; iii) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e de valor; e iv) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral. Estas alterações aplicam-se na data em que se tornam efetivas sem a reexpressão do comparativo.

b) **IFRS 9** (alteração) **e IFRS 7** (alteração), 'Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). As alterações efetuadas pretendem melhorar o relato dos efeitos financeiros dos contratos negociados que têm por base a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, sujeitos a variabilidade na quantidade gerada devido ao facto de esta estar dependente de condições naturais não controláveis. Estas alterações pretendem: i) clarificar a aplicação dos

requisitos da isenção de "uso próprio" da IFRS 9; ii) permitir a aplicação da contabilidade de cobertura quando os contratos de aquisição de eletricidade dependente da natureza são designados como instrumento de cobertura; e iii) adicionar novos requisitos de divulgação à IFRS 7 para uma melhor compreensão do impacto destes contratos no desempenho financeiros e nos fluxos de caixa da entidade. A isenção de "uso próprio" é de aplicação retrospetiva sem reexpressar os períodos comparativos, a designação de cobertura apenas pode ser aplicada prospectivamente para as novas relações de cobertura designadas na data ou após a primeira aplicação.

c) **Melhorias anuais – 'volume 11**' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Os ciclos de melhorias anuais às IFRS pretendem clarificar questões de aplicação ou corrigir inconsistências nas normas. Este volume de melhorias afeta as seguintes normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) **IAS 21** (alteração), 'Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração especifica os procedimentos de conversão cambial para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: i) a sua moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária e estiver a converter os seus resultados e posição financeira para a moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária; ou ii) estiver a converter para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação estrangeira cuja moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária. Nestes casos, os resultados e a posição financeira devem ser convertidos para a moeda de apresentação, através da conversão de todos os montantes (ou seja, ativos, passivos, itens de capital próprio, rendimentos e gastos) à taxa de câmbio à vista da data de relato. Também os comparativos são convertidos à mesma taxa de câmbio, exceto no que se refere à conversão das operações estrangeiras, cujos comparativos têm de ser reexpressos aplicando o índice geral de preços, conforme previsto na IAS 29.

b) **IFRS 18** (nova norma), 'Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta nova norma ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. A IFRS 18 irá substituir a atual IAS 1. Mantendo muitos dos princípios existentes na IAS 1, a IFRS 18 centra-se na definição de uma estrutura para a demonstração dos resultados, composta por categorias e subtotais obrigatórios, sendo fundamental, para o efeito, a identificação da existência de algumas das atividades empresariais materiais específicas. Serão exigidos subtotais e totais específicos, sendo a principal alteração a inclusão obrigatória dos subtotais "Resultado operacional" e "Resultado antes de financiamento e impostos" na demonstração dos resultados. Esta norma inclui também novos requisitos para a divulgação das medidas de desempenho da gestão, incluindo a reconciliação com os subtotais definidos na IFRS 18. Esta norma vem prestar orientação adicional sobre os princípios de agregação e desagregação da informação constante das demonstrações financeiras e respetivas notas, com base nas suas características partilhadas. Esta norma é de aplicação retrospetiva.

c) **IFRS 19** (nova norma), 'Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta nova norma ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. A IFRS 19 é uma norma voluntária que permite às subsidiárias elegíveis utilizar as IFRS com requisitos de divulgação reduzidos. A IFRS 19 é uma norma que apenas trata de divulgações sendo aplicada em conjunto com os requisitos das restantes IFRS para efeitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Uma subsidiária é considerada elegível se (i) não estiver sujeita à obrigação de prestação pública de informação financeira; e (ii) a entidade-mãe prepara demonstrações financeiras consolidadas para prestação pública, conforme as IFRS. A IFRS 19 pode ser aplicada por subsidiárias elegíveis na preparação das suas próprias demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. É obrigatória a apresentação completa da informação comparativa exceto se alguma isenção for aplicável.

d) **IFRS 19** (alteração), 'Alteração aos requisitos de divulgação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração visa reduzir os requisitos de divulgação para as alterações às normas e novas normas emitidas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, nomeadamente: IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras; Alterações à IAS 7 – Acordos de financiamento de Fornecedores; IAS 12 – Reforma fiscal internacional – Regras do modelo do Pilar 2; Alterações à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade. É obrigatória a apresentação completa da informação comparativa exceto se alguma isenção for aplicável.

Quadro resumo novas normas:

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2025		
• IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e, quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, desempenho financeiro e posição patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025
2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2026, já endossadas pela UE		
• IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração dos instrumentos financeiros	Introdução de uma nova exceção à definição de data de desreconhecimento quando a liquidação de passivos financeiros é efetuada através de um sistema de pagamento eletrónico. Orientação adicional para avaliar se os fluxos de	1 de janeiro de 2026

Descrição	Alteração	Data efetiva
	caixa contratuais de um ativo financeiro são apenas pagamentos de capital e juros. Exigência de novas divulgações para determinados instrumentos com termos contratuais que possam alterar os fluxos de caixa. Novas divulgações sobre os ganhos ou perdas de justo valor reconhecidos no capital próprio em relação a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral.	
• IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza	Referente à contabilização dos Contratos de aquisição de energia relativos a eletricidade dependente da natureza, no que diz respeito: i) à clarificação da aplicação dos requisitos de 'uso próprio'; ii) à permissão de aplicar a contabilidade de cobertura caso os contratos de aquisição de eletricidade sejam designados como instrumentos de cobertura; e iii) à introdução de novos requisitos de divulgação sobre os impactos destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	1 de janeiro de 2026
• Melhorias anuais – volume 11	Clarificações ao texto de várias normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7	1 de janeiro de 2026
3. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2027, ainda não endossadas pela UE		
• IAS 21 – Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária	Procedimentos de conversão cambial, para o período corrente e para o comparativo, da informação financeira para a moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária, quando a moeda funcional da entidade ou de uma operação estrangeira seja a moeda de uma economia não hiperinflacionária.	1 de janeiro de 2027
• IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras	Requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, com enfoque na demonstração dos resultados, através da especificação de uma estrutura modelo, com a categorização dos gastos e rendimentos em: i) operacionais, ii) investimento e iii) financiamento, e a introdução de novos subtotais relevantes, considerando a existência	1 de janeiro de 2027

Descrição	Alteração	Data efetiva
	de atividades empresariais específicas. Requisitos de divulgação de medidas de desempenho da gestão e orientação adicional sobre a aplicação dos princípios de agregação e desagregação da informação financeira.	
• IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações	Norma que apenas trata de divulgações, com requisitos de divulgação reduzidos, que é aplicada em conjunto com outras normas contabilísticas IFRS para requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Só pode ser adotada por subsidiárias "Elegíveis" que não estejam sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira e tenham uma empresa-mãe que prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que estejam em conformidade com as IFRS.	1 de janeiro de 2027
• IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações	Alteração que define a redução dos requisitos de divulgações de novas normas e alterações às normas publicadas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, aplicáveis às entidades abrangidas pela IFRS 19.	1 de janeiro de 2027



IV – PARECER DO ATUÁRIO

PARECER ATUARIAL

Para se emitir o parecer atuarial sobre a constituição das provisões técnicas da Seguradora IMPAR no período vigente de 01/01/2025 à 31/12/2025, tivemos de analisar se todas as constituições encontram-se em conformidade com o previsto e aprovado pelo Banco de Cabo Verde, nomeadamente o Parecer nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, assim foram avaliadas as provisões para os ramos "VIDA" e "NÃO VIDA":

PROVISÕES PARA O RAMO VIDA

As provisões matemáticas, que foram constituídas para o ramo vida estão de acordo com o disposto no Aviso nº 05/2010 e no Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

Essas provisões foram constituídas em conformidade com as bases de cálculo estabelecidas no referido Aviso e Decreto-Legislativo e são de uma forma geral suficiente para cobrir as provisões de sinistro.

PROVISÕES PARA O RAMO NÃO-VIDA

As provisões técnicas constituídas para este ramo, foram calculadas respeitando as bases técnicas previstas na lei e ainda em vigor a saber: o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

De um modo geral as provisões técnicas e matemáticas constituídas são suficientes para cobrir os sinistros, o que se confirma comparativamente quando se observa os cálculos e comportamento nos anos anteriores.

Mindelo, 03 de março de 2025

José Carlos Rocha Dias

- / José Carlos Rocha Dias / -

- Atuário -

V – PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1 – Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

2 – No decurso do exercício, acompanhamos com periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a actividade da Empresa. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação e procedemos às inspeções que consideramos actos do Conselho de Administração, o qual, no melhor espírito de colaboração, nos apresentou sempre as provas e os esclarecimentos solicitados.

3 – No âmbito das nossas funções verificamos que:

i) as Demonstrações Financeiras e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

4 – Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas e com base no relatório de auditoria elaborado pelo Auditor Independente, a PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda, que não inclui reservas, mas inclui uma enfase, relativo a "não preparação de demonstrações financeiras consolidadas" somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de Gestão;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados líquidos.

S.Vicente, 12 de Março de 2026

O Fiscal Único

António Pedro Gomes Silva

VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025, a conta de ganhos e perdas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Ênfase

Conforme descrito na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa não prepara demonstrações financeiras consolidadas, dado não existir legislação específica em Cabo Verde que a tal obrigue. Também como divulgado na referida nota, a preparação de demonstrações financeiras consolidadas conduziria a um resultado líquido e a capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas demonstrações financeiras anexas da Empresa, uma vez que a mesma mensura os investimentos detidos em entidades filiais relevantes pelo método da equivalência patrimonial, apropriando-se assim, da respetiva quota-parte detida no resultado líquido e nos capitais próprios das entidades relevantes controladas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde Sociedade de Auditores Certificados, Lda. Todos os direitos reservados. PwC refere-se à PwC Cabo Verde, constituída por várias entidades legais, ou à rede PwC. Cada firma membro é uma entidade legal autónoma e independente.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; e

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

12 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
representada por:



Armando José Carvalho Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado